



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0709/12	DATA: 24/05/2012
INÍCIO: 10h15min	TÉRMINO: 13h08min	DURAÇÃO: 02h52min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h52min	PÁGINAS: 53	QUARTOS: 35

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANTONIO CÉSAR CARNEIRO DE SOUZA – Secretário-Adjunto de Recursos Ambientais, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão, representando o Secretário.

PEDRO LEÃO DA CUNHA SOARES FILHO – Superintendente do IBAMA no Estado do Maranhão.

PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO – Diretor-Substituto de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

FAUSTO VARELA CANÇADO – Presidente do Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas – SINDIFER,

MÁRCIO ASTRINI – Coordenador da Campanha da Amazônia, do Greenpeace.

SUMÁRIO: Debate sobre a utilização de carvão oriundo da mata nativa para a produção de ferro-gusa pelas siderúrgicas.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.

Há oradores não identificados em breves intervenções.

Há palavra ininteligível.

Há palavra inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Bom dia, senhoras e senhores. Declaro aberta a presente reunião de audiência pública, destinada a debater a utilização de carvão oriundo da mata nativa para a produção de ferro-gusa pelas siderúrgicas.

O requerimento para a realização deste evento é de minha autoria. Comunico a todos que o evento é transmitido ao vivo pela Internet e está sendo gravado pela *TV Câmara* para ser exibido posteriormente na programação da emissora.

Convido os seguintes expositores para compor a Mesa: o Sr. Antonio César Carneiro de Souza, Secretário-Adjunto de Recursos Ambientais, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão, representando o Secretário — o Secretário me ligou e manifestou a impossibilidade de estar presente; evidentemente, a nossa intenção é prestar este esclarecimento —; o Sr. Pedro Leão da Cunha Soares Filho, Superintendente do IBAMA no Estado do Maranhão; o Sr. Paulo Henrique Marostegan e Carneiro, Diretor Substituto de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; o Sr. Márcio Astrini, coordenador da Campanha da Amazônia, do Greenpeace. Recebemos a informação de que o Sr. Fausto Varela Cançado, Presidente do Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas — SINDIFER, já está chegando. O avião atrasou um pouco, mas ele já se está dirigindo a esta Comissão.

Antes de iniciarmos, eu gostaria de comunicar que há pouco tivemos uma reunião no gabinete da Presidência da Comissão na qual pudemos conversar com os coordenadores do Greenpeace aqui no Brasil, inclusive com o Sr. Paulo Adario, que se encontra no Maranhão fazendo um protesto: ele está impedindo um navio de sair com ferro-gusa. Na reunião, tivemos a possibilidade de iniciar um diálogo com o segmento da siderurgia, para, como foi feito com a soja na Amazônia, tentarmos encaminhar uma solução cujo resultado, evidentemente, seja bom para o País.

Eu tive a oportunidade de conversar com o representante do segmento no Maranhão, e ele se disse disposto a abrir o diálogo. Nós vamos esperar que o Dr. Fausto Varela Cançado chegue aqui também para fazermos essa proposta e vamos tentar falar com o presidente do sindicato do Pará.



Eu acredito que mais do que punir, corrigir, buscar rumos, acertar é o fundamental. É evidente que nós queremos, de uma vez por todas, que se deixe de usar carvão oriundo de floresta nativa, principalmente, como o denunciado pelo Greenpeace, proveniente de unidades de conservação, de terras indígenas. É evidente que nós temos que acabar com essa prática e que as indústrias têm que se enquadrar na nossa legislação. É nesse sentido que esta Presidência, e esta Comissão, se coloca à disposição para que possamos abrir o diálogo.

Também aproveito a presença aqui de representantes do Instituto Chico Mendes e do IBAMA para levarmos essa proposta aos superiores e talvez marcarmos uma reunião, se tudo der certo.

Hoje comuniquei a proposta ao Sr. Paulo Adario, o representante do Greenpeace que está fazendo o protesto, impedindo o navio de aportar para receber a carga. Ele me disse que, a partir dessa notícia, eles iam suspender o protesto hoje, num ato de boa vontade, e, evidentemente, aguardar o desenrolar das negociações durante o dia. O protesto está suspenso. Se as coisas caminharem, vamos partir para outra direção; se não caminharem, segundo ele me disse, amanhã retornará o protesto como uma maneira de pressionar aqueles que estão na ilegalidade para que venham a se adequar.

Vamos ouvir primeiramente o representante da Secretaria de Meio Ambiente do Maranhão, Sr. Antonio César Carneiro. V.Sa. terá 15 minutos. O tempo poderá ser flexibilizado, mas seria bom mantê-lo. Logo depois vamos ouvir o Sr. Pedro Leão e, em seguida, o Sr. Paulo Henrique Marostegan, o Sr. Fausto Varela e o Sr. Márcio Astrini.

Com a palavra o Sr. Antonio César Carneiro, Secretário-Adjunto de Recursos Ambientais, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão.

O SR. ANTONIO CÉSAR CARNEIRO DE SOUZA - Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Deputado Sarney Filho; Srs. Deputados; Srs. Expositores; senhoras e senhores, nós, da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Maranhão, fomos convidados para fazer uma exposição sobre o tema. Temos uma apresentação rápida a fazer, com algumas informações.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Secretário Antonio César, peça-lhe um minuto. Em vista do que eu disse, o Sr. Márcio Astrini quer dar uma palavra sobre o assunto anterior antes de começarmos a exposição.

O SR. MÁRCIO ASTRINI - Só um minuto. Desculpe-me, Secretário. Quero apenas informar que falei com o Paulo agora, Deputado, e ele confirmou o anúncio, e os ativistas que estavam na âncora em respeito ao que o senhor disse aqui, aos telefonemas e às tentativas do acordo, em respeito a esta audiência pública da Comissão, já foram retirados da âncora do navio e, enquanto durar esta audiência, assim eles ficarão, fora do protesto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Obrigado.

ANTÔNIO CÉSAR CARNEIRO SOUZA - Dando sequência, no Estado do Maranhão há o Decreto nº 23.296, de 6 de agosto de 2007, que dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal. Esse decreto, dentre outras coisas, estabelece que as empresas que utilizarem matéria-prima florestal no Estado do Maranhão são obrigadas a supri-las de recursos florestais oriundos de manejo florestal, realizado por meio de plano de manejo florestal sustentado, supressão de vegetação natural, florestas plantadas, obviamente de supressão à vegetação natural com autorização de supressão e florestas plantadas de extração de outras fontes de biomassa florestal. Inclusive, no Maranhão, isso já é utilizado por algumas empresas no carvão da casca do coco babaçu.

O § 2º do art. 6º dispõe que o detentor de autorização de supressão de vegetação fica desonerado do cumprimento de reposição florestal desde que efetuado por aquele que utiliza o consumo da matéria-prima florestal. E o art. 12 desse mesmo decreto estabelece que aqueles que explorarem ou suprimirem vegetação em terras públicas, bem como o proprietário ou possuidor de área com exploração de vegetação, sob qualquer regime, sem autorização e em desacordo com essa autorização, cumprirá a reposição florestal por meio de apresentação de crédito de reposição florestal.

Fizemos um rápido levantamento, exposto neste quadro, em relação a processos que estão na Secretaria de plano anual de suprimento das empresas siderúrgicas que estão atuando no Maranhão no momento. Esses processos todos são de 2011, apresentados ao final do ano passado. Aqui há uma relação das



empresas: Viena, Gusa Nordeste, MARGUSA, FERGUMAR e Queiroz Galvão. O Grupo Queiroz Galvão é formado por três empresas: COSIMA, Siderúrgica Vale do Pindaré e a SIMASA. No momento, a COSIMA tem suas atividades paralisadas.

Aqui vemos a produção de gusa das empresas. No caso, como o foco maior é sobre a empresa Viena, no ano passado a produção foi algo em torno de 380 mil toneladas. O consumo de carvão da empresa que consta desse processo foi de 912 mil metros de carvão. Neste caso, a empresa já plantou 26.197 hectares de eucalipto da empresa, até 2011. E a previsão para o autossuprimento dessa empresa é para 2015. Na legislação florestal do Estado do Maranhão está previsto que as empresas, grandes consumidoras de matéria-prima florestal, têm de alcançar o autossuprimento.

Aqui está a previsão das demais empresas. A Gusa Nordeste está prevista para 2014 e já tem 32 mil hectares plantados no Estado do Maranhão, distribuídos em vários Municípios. A MARGUSA tem previsão para 2015 e tem apenas 7.500 hectares plantados. Algumas empresas, como a FERGUMAR e a MARGUSA, pelos dados apresentados, terão dificuldade de cumprir o autossuprimento.

As informações e previsões que nós temos, por exemplo, no caso da MARGUSA para este ano de 2012, é que ela vai plantar em torno de 2 mil hectares de eucaliptos. O Grupo Queiroz Galvão já está com 41 mil hectares de eucaliptos plantados, e a previsão é o ano de 2015.

Este é um gráfico feito por nós em relação às empresas. Infelizmente, a minha assessora se esqueceu de colocar uma das empresas, mas ela faz parte daquela relação, justamente, a FERGUMAR.

Este último quadro está destoando — sem a última informação — das demais, porque a informação prestada pela empresa foi em toneladas e não em metros de carvão. Por isso que, aparentemente, como o consumo de carvão foi dado em toneladas, a pessoa responsável pelos dados não fez a conversão. Poderíamos, neste caso, triplicar, porque uma tonelada de carvão dá em torno de 3 metros de carvão.

Quanto à SIMASA e à COSIMA, elas não estão operando no momento com carvão vegetal; a COSIMA, como eu disse, pelo fato de as atividades estarem



paralisadas, e a SIMASA, atualmente, só está utilizando carvão de eucalipto. Ela não está utilizando carvão oriundo de vegetação nativa.

Este outro quadro é em relação às origens do carvão nas empresas. A primeira coluna é a Autorização de Supressão; ou seja, a autorização de supressão para o uso alternativo do solo. Então, no caso da Viena, são em torno de 196 mil metros cúbicos; a Gusa Nordeste, 201 mil; a MARGUSA, 278 mil — e ela está com uma área grande de carvão oriunda de Autorização de Supressão e uma área plantada relativamente pequena de eucalipto; a FERGUMAR, 72 mil; e o Grupo Queiroz Galvão, 19 mil — no caso é em toneladas, porque eles não colocaram em metros de carvão.

A segunda coluna, com informações, é de carvão oriundo de manejo florestal, e a Viena tem 80 mil metros cúbicos. A maior parte desse carvão oriundo de manejo florestal vem de Municípios localizados no bioma Amazônia. No Maranhão, praticamente, só quem faz manejo florestal sustentado em áreas de cerrado são as empresas que utilizam cerâmicas e estão localizadas próximas à fronteira com o Estado do Piauí.

A MARGUSA também utiliza alguma coisa em termos de manejo florestal, assim como a FERGUMAR.

Em relação a reflorestamento de terceiros — esta coluna aqui —, a Viena utiliza em torno de 5 mil metros cúbicos; a Gusa Nordeste, 84 mil, e as demais empresas não estão utilizando essa ferramenta de carvão oriundo de terceiros.

E, quanto ao reflorestamento próprio, esta é a situação: a Viena, com 630 mil metros cúbicos; a Gusa Nordeste, com 302 mil metros cúbicos; a MARGUSA, apenas com 30 mil metros cúbicos; a FERGUMAR, com 260 mil e, no caso aqui, a Queiroz Galvão também, com uma área significativa.

De carvão de babaçu, apenas duas empresas estão utilizando, a MARGUSA e a FERGUMAR.

Quanto à injeção de finos de carvão no processo de produção de ferro-gusa, apenas a Gusa Nordeste se utiliza desse mecanismo, que, inclusive, reduz os resíduos. Temos cobrado das demais empresas que também adotem esse mecanismo porque reduziria, digamos assim, o consumo de carvão ou, pelo menos, otimizaria o consumo de carvão e reduziria os resíduos do processo produtivo.



Moinha é apenas utilizada pela FERGUMAR. Também o carvão de origem mineral, apenas a FERGUMAR está utilizando.

Fizemos um rápido levantamento, com dados que identificamos no sistema de controle de recursos florestais, de origem nativa, que no caso do Maranhão adotou-se o Sistema DOF, desenvolvido pelo IBAMA. Então, identificamos isso aí. No Município de Açailândia, existem 5 pátios que operam no momento no Sistema DOF; Anapurus, 4, e assim por diante.

Chamo a atenção aqui que, dessa relação de Municípios, apenas alguns ficam dentro do bioma Amazônia, que são os casos de Bom Jardim, de Centro Novo do Maranhão, Cidelândia e Itinga do Maranhão. Os demais Municípios ficam no bioma Cerrado, localizado no Estado do Maranhão.

Há grande quantidade de carvoarias no Município de Grajaú. Recentemente, o Ministério do Meio Ambiente publicou uma portaria relacionando os Municípios do bioma Cerrado que mais estão sendo desmatados no País. Nessa portaria, há uma relação de 20 Municípios do Maranhão. Um deles é o Município de Grajaú, que hoje tem grande quantidade de áreas com autorização, fornecida pela Secretaria do Meio Ambiente, porque são consideradas áreas de expansão agrícola no Estado do Maranhão. São 57 carvoarias operando hoje no Sistema DOF no Município de Grajaú.

Este é um gráfico que ilustra também. O Município de Grajaú se destaca com a grande quantidade de carvoarias e empreendimentos de carvoejamento no Estado.

Com isso, concluímos nossa apresentação. Este aí é nosso contato, nosso telefone, nosso *e-mail*. Na Secretaria de Meio Ambiente, estamos à disposição. Inclusive, a informação do Deputado Sarney Filho de que serão chamadas as empresas siderúrgicas para um acordo, para um pacto nesse sentido, na nossa avaliação contribuirá significativamente para o aperfeiçoamento desses procedimentos. E nós nos colocamos à disposição, num segundo momento, para dar respostas a questionamentos.

Agradecemos a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Deixe-me aproveitar enquanto o representante do segmento dos guseiros não chega. Acho que



poderíamos avançar e tirar algumas dúvidas, ainda porque os outros dois Deputados que também se dispuseram a vir não chegaram.

Eu tenho algumas questões. Por exemplo, essas autorizações de desmate concedidas pela Secretaria têm tido acompanhamento para saber se não se trata de lavagem de madeira? Eu já fui Presidente de uma CPI aqui, sobre tráfico de animais silvestres e extração ilegal de madeira, então eu sei como funcionam muitas coisas nessa questão. São assentamentos que já estão desmatados, para os quais concedem a papelada para legitimar madeiras extraídas de outros lugares. A Secretaria está vendo isso, está acompanhado isso? Tem havido parceria do IBAMA também nessa parte?

O SR. ANTÔNIO CÉSAR CARNEIRO DE SOUZA - Tanto o IBAMA tem feito isso quanto a Secretaria. Inclusive, no momento, estamos realizando uma operação com três equipes, em parceria com o IBAMA e com o Batalhão de Polícia Ambiental do Maranhão — BPA, no entorno do Parque do Mirador, que é uma unidade de conservação do Estado do Maranhão, uma área bem grande, localizada no bioma Cerrado. Inclusive, é uma região grande produtora de carvão, pois vários Municípios localizados no entorno são grandes produtores de carvão. No momento, estamos em operação.

A informação que o pessoal nos tem passado é de que já foram embargadas serrarias. Por exemplo, a equipe chegou lá em Buriti Bravo, onde existiam, se não me engano, quatro ou cinco serrarias operando sem licenciamento ambiental. Essas empresas foram embargadas. No Município de Colinas, quando chegamos, todas as serrarias estavam paralisadas, algumas inclusive já embargadas pelo IBAMA. Portanto, no momento, nós estamos executando.

No ano passado, a Secretaria realmente teve limitações nisso, inclusive com problemas orçamentários. Este ano, houve um aporte maior de recursos para a Secretaria. Nós já iniciamos com a primeira operação e, no decorrer do ano, novas operações vão ocorrer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Já foram detectadas irregularidades nessas carvoarias?

O SR. ANTÔNIO CÉSAR CARNEIRO DE SOUZA - Algumas irregularidades foram identificadas. Por exemplo, havia uma carvoaria que tinha alteração de



desmatamento, mas não tinha licença ambiental para produção de carvão. Essa carvoaria foi embargada, no Município de São Félix.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Extração em reservas indígenas, em áreas de preservação ambiental federais, há alguma notícia sobre isso?

O SR. ANTÔNIO CÉSAR CARNEIRO DE SOUZA - Nas reservas indígenas e unidades de conservação federais, a Secretaria do Meio Ambiente não tem competência para atuar. No caso, quem tem mais atuado é o próprio IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Está bom.

Alguém da Mesa deseja algum esclarecimento? (*Pausa.*)

Então, vamos passar a palavra agora ao Sr. Pedro Leão da Cunha Soares, Superintendente do IBAMA no Estado do Maranhão.

Registro a presença do Deputado Augusto Carvalho.

O SR. PEDRO LEÃO DA CUNHA SOARES FILHO - Bom dia a todos os senhores e senhoras.

Exmo. Sr. Deputado Sarney Filho, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, primeiramente, nós trouxemos uma apresentação baseada na fiscalização.

Hoje, a competência de gestão florestal no Estado é da Secretaria do Meio Ambiente; nós apenas estamos dando suporte supletivamente, na área de fiscalização de todos os empreendimentos florestais.

No ano passado, nós assinamos um termo de cooperação fortalecendo exatamente o repasse dessa gestão florestal para a Secretaria do Meio Ambiente.

Com a edição da LC nº 140, ficaram muito mais explícitas as atividades de cada órgão, mas, mesmo assim, estamos assinando um Termo de Cooperação para ajudar a Secretaria na questão da fiscalização florestal no Estado do Maranhão.

O levantamento que trago aqui, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, é da movimentação do transporte de carvão realizado, no ano de 2011 e 2012, pelas guseiras no Sistema DOF.

Sistema DOF é o documento oficial de fiscalização que é guiado através da guia florestal. Toda e qualquer movimentação de transporte de madeira, seja ela cerrado, seja ela de carvoaria, tem de estar acompanhada desse documento. As



demais retiradas de florestas plantadas são acompanhadas pela nota fiscal. E dessa nós não temos acompanhamento. Tanto é que eu já fiz junção com o Deputado Estadual Victor Mendes, Secretário de Estado do Maranhão, para tentar regularizar também a movimentação desse carvão de origem de florestas plantadas. Com licença. (*Pausa.*)

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Isso está acontecendo hoje, Deputado, na Superintendência do IBAMA, conforme levantamento que vou apresentar aqui. Em 2006, fizemos uma grande operação nas guserias do Estado do Maranhão e o resultado foi aproximadamente duzentas e cinquenta e poucas infrações a essas guserias no Estado. A partir do repasse da gestão florestal para o Estado do Maranhão, ficamos apenas fazendo trabalho de fiscalização na região do entorno da reserva biológica e das reservas indígenas com o objetivo de apurar irregularidades na cadeia produtiva do carvão vegetal associada à fabricação de ferrovias.

Concebido a partir de informações obtidas no Sistema DOF, Sistema de Controle de Estoque e de Movimentações de Produtos e Subprodutos Florestais administrado pelo IBAMA, o DOF, Documento de Origem Florestal, foi instituído pela Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 2006, e é um sistema eletrônico de controle de produção e estoque, processamento, movimentação e consumo de produto e subprodutos florestais.

A lógica do sistema se baseia em créditos, volumes de origem legal, que nasce com os mais diversos tipos de autorização de exploração de produtos florestais basicamente em toras e lenhas que são transformados em subprodutos, dentre eles o carvão.

Nesse trabalho, percebeu-se que grande parte do carvão vegetal consumido pelas empresas siderúrgicas não provém de explorações irregulares, já que não há produção suficiente para atender à demanda. A análise dos dados indica a existência de um esquema fraudulento com empresas do Maranhão usando indevidamente os créditos de autorizações emitidas pelo Estado para esquentar produto ilegal obtido em carvoarias clandestinas.

As siderúrgicas também adquirem carvão ilegal de empresas do Piauí, Tocantins e Pará.



Estas são informações que estamos verificando no levantamento que está ocorrendo na Superintendência.

Dessa forma, o carvão ilegal tem chegado às siderúrgicas com aspecto de regularidade, acobertado por guias ideologicamente falsas, obtidas por meio de manipulações fraudulentas dos Sistemas DOF e SISFLORA.

São grandes movimentações de carvão vegetal que indicam a manipulação fraudulenta no sistema de controle, com geração e movimentação de créditos indevidos. Aporta-se aqui sob a cadeia de custódia da origem do carvão vegetal, que aponta a exploração irregular remanescente de floresta do Cerrado e Amazônia, que, em meio a essa ação ilícita, tem sido dizimada inescrupulosamente por conta do desenvolvimento econômico da indústria siderúrgica.

Como funciona isso?

O produto ilegal sai de uma carvoaria, vai para um caminhão, que transporta e vai direto para a guseria. O crédito indevido sai de uma carvoaria clandestina e recebe o documento que chamamos de NF — Nota Fiscal — e volta também para a siderúrgica.

Carvão vegetal nativo, via NTC, recebido por siderúrgica do Maranhão em 2011 e 2012, por Estado de origem.

A Viena Siderúrgica, de transações legais no DOF, consumiu 384.994 metros cúbicos de carvão, vindos do Pará, 128 mil; do Tocantins, 19 mil. Isso em 2011. Em 2012, observem que ela já vai com 205.738 metros cúbicos de carvão, oriundo de matéria-prima florestal do Estado do Maranhão. Não é floresta plantada, mas mata nativa. Do Pará, 38.952 e, do Tocantins, 1.176, totalizando, nos dois anos, 771.073 metros cúbicos de carvão.

A Gusa Nordeste: 142 mil do Maranhão, 115 do Pará, 8.559 do Tocantins, 12.668 do Piauí. Em 2012, 72.790, 20 metros cúbicos do Pará; 22.563 do Piauí; 2.590 do Tocantins, totalizando 377.183.

Vou dar o total agora, para não estender muito a informação, a não ser que queiram que eu leia: MARGUSA, 308 mil; FERGUMAR, 214 mil; COSIMA, 91.975; Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, 45 mil. Ou seja, 43% de carvão vegetal de autorizações legais são consumidos pela Viena; 21% pela Gusa Nordeste; 17% pela



MARGUSA; 12% pela FERGUMAR; 5% pela COSIMA e 3% pela Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré.

Este é mais um dado relativo à informação anterior.

Outro dado, mostrando de onde está saindo a matéria-prima: 17% do Pará; 4% do Piauí; 4 % do Tocantins; e 75% do Estado do Maranhão.

Origem nativa da Viena.

Esta é uma informação que detalha a origem florestal dos Municípios do Maranhão. Não sei se dá para ver, mas ele fala em Centro Novo do Maranhão, Benedito Leite, Barra do Corda, São Félix de Balsas, Grajaú — que foi citada aqui pelo Subsecretário da CEMA —, Santa Quitéria do Maranhão, Chapadinha, São Pedro dos Crentes, Nova Iorque, Itinga do Maranhão, Formosa da Serra Negra, Sítio Novo e Parnarama. O que só confirma que algumas dessas origens são da Mata Amazônica, como demonstrado, no Centro Novo do Maranhão, que produziu 159.988 metros cúbicos de carvão.

Sítio Novo, para quem não sabe, é praticamente no entorno da Reserva Araribóia, da Awa-Guajá e de Acaraú, próximo também da Reserva Biológica do Gurupi. Mas, de acordo com as informações que temos dos sobrevoos que nossos helicópteros fazem nessas áreas, nunca foi detectada nenhuma bateria de fornos de carvão nessas unidades, quer seja dentro de terra indígena ou quer seja da reserva biológica. Essa produção toda, essas carvoarias nesses Municípios, estão no entorno das Unidades de Conservação. Acredito eu que sejam restos de desdobramento da madeira cerrada.

Gusa Nordeste. Vejam que já fica diferente da Gusa. Não há quase nenhuma origem. Coloquei esses dois para mostrar a diferenciação da Siderúrgica Viena — a questão colocada pelo Greenpeace —, para a Gusa Nordeste, outra siderúrgica. Vejam que a produção de carvão da Gusa Nordeste é toda em Municípios de área de cerrado na região central do Estado.

Sobre a Fergumar, já aparece alguma coisa como Bom Jardim, cidade próxima, Sítio Novo e Buriticupu, mas são produções pequenas e não relevantes de carvão.

Sobre a Margusa, praticamente região leste do Estado do Maranhão; Santa Quitéria, Anapurus, onde temos uma expansão agrícola no plantio de soja. Então, a



origem da Margusa provém dessa expansão na região leste do Estado do Maranhão.

Há aqui também Barra do Corda, Grajaú, tudo do centro do Maranhão, a produção da COSIMA, a localização, como ela é procedida, para demonstrar que a produção se dá numa fazenda, que recebe autorização para suprimir a madeira e, ao mesmo tempo, se ela quiser converter em carvão, recebe outro licenciamento para fazer a bateria de fornos.

Aqui, aparece a localização dos Municípios que acabei de citar. As empresas estão mais ou menos aqui, próximas da fronteira com o Pará.

Aqui está a localização das baterias de fornos.

Espero que eu tenha contribuído com essas informações. Pautei-me apenas na fiscalização porque, desde 2006, na questão florestal, o IBAMA somente tem realizadas as operações de fiscalização.

Eu me coloco à disposição para, no decorrer do debate, apresentar alguns números dessas ações que já realizamos.

Posso lhes dizer aqui que, de 2006 a 2012, nós já derrubamos 1.128 fornos nessa região que acabei de falar, na região do entorno das reservas indígenas e da Reserva Biológica do Gurupi.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Obrigado, Dr. Pedro Leão.

Da mesma forma que fiz outra vez, gostaria de pedir alguns esclarecimentos.

Primeiro, o que o IBAMA está fazendo no que diz respeito à manipulação fraudulenta do sistema de controle? Está detectado que existe isso.

Outra coisa também é importante. Há um cálculo sobre produção, sobre consumo de carvão e desmatamento? Não dá para saber, pelo consumo de carvão ou até mesmo pela produção de gusa, o tamanho do desmatamento? Esse dado existe?

São essas perguntas.

O SR. PEDRO LEÃO DA CUNHA SOARES FILHO - Deputado, esse trabalho vai ser conclusivo com a realização da verificação desses dados.

A AUTEX dá uma volumetria, e os nossos fiscais e técnicos ambientais vão a campo constatar essa produtividade colocada nas autorizações de desmatamento.



Para tanto, vai haver, futuramente, após a conclusão dos dados, a verificação na base, para verificar se a produção de carvão está compatível com a produção de minério, de ferro-gusa nas guseiras. Nós vamos diretamente fazer a vistoria nas áreas e depois vamos para dentro das indústrias, para constatar se a produção está compatível. Só assim detectaremos a entrada de carvão ilegal dentro das serrarias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Pelo menos pelo que entendi, para a madeira plantada só é exigida a nota fiscal, é isso?

O SR. PEDRO LEÃO DA CUNHA SOARES FILHO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Não é exigido o DOF?

O SR. PEDRO LEÃO DA CUNHA SOARES FILHO - Não, nós não temos nenhum acompanhamento de floresta plantada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - E não seria o caso de, nessas áreas de madeira plantada para transformação em carvão das guseiras, de modificarmos isso, para haver maior controle?

O SR. PEDRO LEÃO DA CUNHA SOARES FILHO - É exatamente aquilo que falei aqui. Nós estamos propondo à Secretaria uma portaria para exercer um controle maior, para que toda produção de carvão, plantada ou nativa, seja guiada através da NF e para que haja um controle efetivo no Sistema DOF.

O SR. DEPUTADO BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS - Só uma intervenção, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Pois não.

O SR. DEPUTADO BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS - Floresta plantada não tem DOF, não é nativa, mas ela tem Declaração de Corte e Colheita. Ela não é desacobertada de documento, não é feito só por nota fiscal — até deveria ser, a exemplo do milho, do feijão e das outras coisas que se plantam para colher. A floresta plantada tem Declaração de Corte e Colheita. Quem levanta o volume no campo é o técnico do meio ambiente, que coloca, como se fosse um extrato bancário, o que o cidadão Fulano de Tal tem de volume na fazenda dele, com base em inventário florestal e levantamentos feitos por amostragem do técnico, seja de órgão do Estado, seja de órgão federal, mas é com base no técnico do SISNAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Perfeito.



Muito bem. Chegou aí o nosso Presidente do SINDIFER, Fausto Varela Cançado, a quem convido para fazer parte da nossa Mesa.

Deputado Bernardo, no início da reunião — o nosso Presidente também não estava aqui —, eu comuniquei que havia entrado em contato com o Paulo Adário, Diretor do Greenpeace no Brasil, que está no Maranhão fazendo um protesto. Estão impedindo a saída de um navio carregado de..., o encosto, não é? Então, nós conversamos a respeito da possibilidade de, assim como foi feito com a soja, fazermos um grande entendimento com as gusarias de todo o Brasil. Ele acatou a sugestão e comunicou-me que, tendo em vista essa proposta, iriam suspender o protesto. Esse protesto está suspenso, nesse momento, aguardando o resultado das negociações.

Como sei que V.Exa. é uma pessoa que conhece o assunto e tem relações também com os presidentes de sindicatos, peço a sua colaboração para chegarmos a um entendimento.

Como eu disse no início, nossa intenção de maneira nenhuma é punir, mas encontrar o caminho da legalidade que impeça a exploração de nossas florestas, de nossas áreas protegidas. Então, o Greenpeace está nesse aguardo. Eu já entrei em contato lá no Maranhão não com o Presidente, mas com o ex-Presidente Cláudio Azevedo, que se mostrou também favorável a esse entendimento.

Peço, então, a colaboração de V.Exa. no sentido de fazermos uma reunião para começarmos a encaminhar esse entendimento com a participação do IBAMA, do Instituto Chico Mendes e do Ministério Público.

O SR. DEPUTADO BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS - O Presidente Sarney vai contar comigo, com todo o empenho, até porque, quando eu fui Presidente da Associação Mineira de Silvicultura, nós fizemos um entendimento com o SINDIFER, que tem hoje como Presidente Fausto Varela Cançado — naquele tempo era o ex-Deputado Paulino Cícero de Vasconcelos, que foi Presidente da Comissão de Minas e Energia, Parlamentar com muitos mandatos por Minas Gerais —, e nós fizemos lá o pacto da sustentabilidade junto ao Governo. Esse pacto da sustentabilidade acabou gerando uma lei do nosso Código Florestal Estadual. As empresas que nós representamos e pelas quais lutamos são empresas sérias, e uma solução dessas resolve até problemas de competitividade, que são muito



agressivos. Essa competitividade de quem faz errado contra quem faz certo. Essa é uma valorização de quem faz certo.

Eu sempre fui a favor de premiar a virtude. Estou na mesma linha do Presidente Sarney: premiar as virtudes dá muito mais ganho do que qualquer tipo de concessão, porque, nesse último caso, ficam abertas as portas para um monte de coisas.

Então, podem contar comigo. Este projeto de lei do qual sou Relator, nasce disso. O pacto da sustentabilidade, à época, chamou a atenção do então Deputado Fernando Gabeira, que se manifestou dizendo que queria fazer... Depois, ele foi rerepresentado por Antonio Bulhões, mas é originalmente de autoria do Fernando Gabeira. E ele cita meu nome, que eu coloco no relatório, como então proponente dessas medidas que poderiam garantir a sustentabilidade e a utilização de algo que possa ser muito virtuoso, que é o biocombustível sólido, com base em florestas renováveis, usando áreas já degradadas, sem necessidade de supressão de área nenhuma. Nós temos áreas suficientes para isso.

Então, podem contar com toda a nossa cooperação. É este o nosso projeto maior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Assim que acabarmos a reunião, vamos fazer uma pequena reunião na Presidência para verificarmos os passos a serem dados.

Dando continuidade, concedo a palavra ao Sr. Paulo Henrique Marostegan e Carneiro.

O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO - Exmo. Sr. Deputado José Sarney Filho, demais Deputados integrantes da Mesa, senhoras e senhores, bom dia.

A ideia é fazer uma pequena apresentação da estrutura do Chico Mendes, até para conseguir determinar bem qual é a capacidade, principalmente, a atribuição do órgão nessa questão, e depois descer a um panorama do que é a situação hoje dentro da Reserva Biológica do Gurupi, que pode ser estendida a algumas das terras indígenas que estão do lado da unidade.

Meu nome é Paulo Henrique, sou Coordenador Geral de Proteção do Chico Mendes.



(Segue-se exibição de imagens.)

O Instituto foi criado em 2007, dividido do IBAMA, é uma autarquia vinculada ao MMA, tem entre as principais finalidades descritas em lei, a gestão das Unidades de Conservação, criadas pela União, e o manejo e recuperação de espécies ameaçadas de extinção. Lógico que isso se destrincha em muitas outras finalidades dentro da lei.

São 1.977 servidores, quase a metade são fiscais, e a maioria nas Unidades de Conservação. O que está mais escuro são os servidores, e aqui os fiscais.

É importante reforçar que o sistema federal teve um altíssimo incremento de área a partir do fim da década de 90. Mesmo com o incremento de servidores, hoje a gente vive uma situação em que a Amazônia tem 236 mil hectares por fiscal, e a caatinga, 146 mil. São áreas muito extensas para o número de servidores que temos, o que demonstra claramente a necessidade de se estabelecer parcerias e se trabalhar em conjunto, o método que usaremos daqui para a frente.

Só para reforçar uma questão que é importante termos conhecimento, o Brasil hoje é o País com a maior relação pessoa/área em relação às Unidades de Conservação. Não existe outro País do mundo com uma relação tão desigual como essa que estamos mostrando.

A Reserva biológica do Gurupi é localizada no limite do Estado do Pará, que está desse lado de cá do Maranhão. Este aqui é o Rio Gurupi, que faz a divisa dos dois Estados. É importante colocar isso, porque não dá para avaliar a questão dessa região sem considerar os dois Estados. Porque os polos siderúrgicos estão dos dois lados, e a madeira vai de um lado para outro, criando saldos de um lado para o outro. O Pará trabalha num outro sistema, ele não está no DOF, está no SISFLORA. A integração ainda não é total, está em andamento, e isso gera uma dificuldade controle.

Principais Municípios: Paragominas, Ulianópolis, no Pará, Itinga do Maranhão, Açailândia e Buriticupu. Mais para a frente, teremos um mapa das áreas indígenas que estão aqui do lado.

É importante sempre lembrarmos da história. Em 1961, foi criada uma reserva florestal nessa região. Depois, em 1988, ela mudou para reserva biológica naquele formato. A reserva florestal era bem maior. São 270 mil hectares. Elas estão



numa zona de transição entre o Cerrado e a Amazônia. É uma unidade de extrema importância biológica por conta dessa zona de transição. É a única Unidade de Proteção Integral federal nessa região, e que protege esse tipo de ecossistema. Ela é vizinha das áreas indígenas do Karú, Awá e Alto Turiaçu. Toda essa região, como eu falei, sofre pressão de exploração madeireira do Pará, indo principalmente para o polo madeireiro de Paragominas, Ulianópolis e Itinga do Maranhão. É uma floresta úmida, uma área com altíssima biodiversidade e que protege a Serra da Desordem e a Serra do Tiracambu. Ela é marcada por um intenso conflito fundiário — vamos ver isso mais à frente. Acho difícil discutirmos essa questão do carvão, falando somente das siderúrgicas. A situação é bem mais complexa e precisa de uma solução mais abrangente, do que simplesmente focarmos uma só área. Ela tem normalmente baixa presença do Estado. Normalmente, o IBAMA vai com a gente nas operações. E acabamos nos envolvendo em operações com delitos comuns.

Lembro-me de um assalto num banco em Buriticupu, em que o pessoal da Força Nacional, que estava numa ação ambiental, é quem socorreu o Município, porque lá só havia 3 policiais militares. É uma área de ilícitos diversos. Já pegamos de tudo nessa região, desde plantio de maconha, até tráfico de armas, tráfico de carros, quando o cara estava se desviando da BR-222, para sair para o Pará. É uma região bem complicada, onde o ilícito ambiental está intimamente ligado à questão de segurança pública. Nós não temos como tratá-la separada.

Conforme o Dr. Pedro colocou, desde 2007, são desenvolvidos na região, ações permanentes de fiscalização.

Essa imagem mostra uma ideia do que estamos falando. Existem espécies ameaçadas e endêmicas protegidas nessas áreas. Só alguns exemplos: ararajuba, macaco caiarara, mutum penado. Temos uma lista grande, mas é uma área que ainda carece de inventário biológico. Não temos muita informação, mas sabemos da sua grande importância biológica.

Dentro da unidade, o que temos hoje? A unidade já tem Plano de Manejo desde 2004, está com o Conselho em formação, tem 4 servidores. São 270 mil hectares para 4 pessoas. São 14 brigadistas temporários, numa área de muito incêndio. A prática agrícola é a derrubada e queima. São 12 policiais militares



ambientais do Batalhão da Polícia Estadual. Esse é o pessoal que garante a nossa permanência na área. Temos duas bases — vou mostrar mais à frente.

Aqui são as ações de fiscalização integradas pela CICCIA, Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais. São as grandes ações que estão sendo feitas na região com a nossa participação, estão sendo integradas por essa Comissão. Ela entrou ano passado no ARPA, um programa internacional de financiamento de Unidades de Conservação. Conseguimos colocar Gurupi dentro. E para melhorar o inventário florestal, ela entrou num programa internacional, o PPBio, e instalou ali algumas grades de pesquisas para monitorar a biodiversidade. Então acho que reforça a importância da unidade.

Vamos entrar agora mais um pouco na situação que pode se expandir para a região inteira.

A questão fundiária nessa região é absolutamente complexa. Nós temos grandes grilos. Houve um intenso processo de grilagem. Os grilos já foram detectados até pela CPI da Grilagem de Terra daqui do Congresso. Eles forem em alguns casos cancelados no Pará, e os títulos estão em processo de cancelamento no Maranhão.

Houve uma titulação de área pelo ITERMA nessas regiões, dentro das áreas federais, o que também aumentou a complexidade fundiária da região. Paralelo a isso, alguns assentamentos do INCRA foram colocados dentro das áreas protegidas, e posseiros.

Então, a situação é bem complexa, e acaba esbarrando na questão da exploração de madeira. Quando você começa a apertar alguém, o cara diz que a terra não é dele, mas é de outra pessoa. E quando tem uma pessoa de boa-fé instalada lá, ela é retirada depois por outra pessoa que quer explorar a terra. Então, isso tem que ser equacionado.

Existem dentro da Rebio do Gurupi hoje em torno de mil famílias de posseiros. Pessoas que normalmente esperam a reforma agrária, gente que precisa se realocada para outra área.

Recentemente, para se ter uma ideia dessa complexidade, há uns 15 dias, a Justiça Estadual do Maranhão emitiu uma Reintegração de Posse e desocupou 83 famílias dessa região, de um título emitido pelo interno. Fora isso, existem alguns



assentamentos, como o assentamento Aeroporto, o Garantã do Norte, área de extrema violência. Praticamente, todos os líderes que a gente acompanha nos últimos 6 anos já foram ameaçados ou foram executados mesmo. Uma área de grande problema de segurança pública.

Proteção. Aqui está o Gurupi. Essas áreas em amarelo são as três áreas indígenas que citamos. Em vermelho temos o desmatamento acumulado dentro da Rebio, de 2008 para a frente. Ou seja, é coisa recente, de cerca de 5 anos. Esse desmatamento está relacionado com a exploração de madeira do entorno. Há gente tirando madeira para serraria e há ocupação desses posseiros em assentamentos, pequenos produtores abrindo a área.

O SR. DEPUTADO BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS - Uma dúvida: é posseiro ou assentamento, ou são os dois?

O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO - Existem os dois. Temos um estudo fundiário detalhado que, depois, poderá ser disponibilizado, se a Comissão quiser. Destacamos o grau de influência do desmatamento nessa Unidade de Conservação para o desmatamento global nas Unidades de Conservação da Amazônia Legal inteira.

Esse é um quadro preliminar, feito de julho a agosto de 2011. Gurupi é a sexta unidade com maior desmatamento, considerando as 104 unidades federais da Amazônia; e é a primeira Unidade de Proteção Integral, as outras são Unidades de Uso Sustentável, onde se permite algum tipo de desmatamento. Então, de um lado, pode existir desmatamento legal, de outro, só tem desmatamento ilegal.

Temos que mostrar também o quadro positivo. Apesar do intenso processo de pressão, temos dados do TerraClass, estudo feito pelo INPE e pela EMBRAPA, com base no desmatamento acumulado até 2008.

Até 2008 foram desmatados, dentro da Rebio de Gurupi, segundo esse estudo, em torno de 45 mil hectares. Existem 20 mil hectares que eles não conseguiram avaliar por causa de nuvens. Então, esse número pode chegar a 60 mil. Desses 45 mil hectares, 39%, mais 24%, eram regeneração com pasto e vegetação secundária. Quer dizer, uma parte da área desmatada foi abandonada e está em regeneração, e isso corresponde a 58% da área que tinha sido desmatada



até 2008. O resto são áreas ainda ocupadas — pasto, agropecuária, agricultura anual, e outras categorias que foram classificadas no estudo.

Há uma outra face do que pode ser a interface no processo do carvão, não é o desmatamento em si, mas é o corte seletivo. Hoje a maior pressão que a Unidade sofre é o corte seletivo. Vou mostrar um resultado de uma operação de setembro de 2011. A área de exploração estava bem no meio da Unidade de Conservação, definido no Plano de Manejo como área primitiva. Esse é o desenho das esplanadas de madeira. Eram pouco mais de 60 esplanadas quando chegamos. E isso aqui foi feito em 4 meses. Na primeira vez que sobrevoamos a área ainda não tinha sido retirada a madeira, quando conseguimos condição logística para voltar, já tinham sido retiradas quase 50 esplanadas de madeira. Então é uma exploração que não é praticada por pequenos produtores, é uma exploração de gente muito capitalizada, de gente que tem condição de colocar 12 ou 13 caminhões Romeu e Julieta, ao mesmo tempo, para tirar madeira daqui de dentro.

Essa exploração são 32 quilômetros de ramais, construídos em 4 meses. São 2,6 mil hectares de área atingida; 69 esplanadas. Nós conseguimos 13 com madeira, e dentre essas foram apreendidos 5 mil metros cúbicos de madeira em tora. Estimamos que tenham sido retiradas ilegalmente da unidade 29 mil metros cúbicos de madeira em tora, madeira de lei: maçaranduba, ipê. O que aconteceu com essa madeira? Ela foi para as serrarias do entorno, e o resíduo dela virou carvão. Então, ela entrou na via dessa questão do carvão de maneira indireta; ela foi retirada para se tornar tábua, laminado, mas o resíduo virou carvão.

A seguir, o equipamento que foi apreendido. Podemos ver que não é gente pequena, são pessoas capitalizadas. O operador do Exército estava nos apoiando. Foram apreendidos seis caminhões Romeu e Julieta no dia da operação. Estavam correndo para retirar essa madeira daqui de dentro. Essa fazenda era tida como particular. O particular entrou na Justiça contra o ICMBio, pedindo desapropriação indireta. Ele perdeu a fazenda porque ela era grilada. Isso aconteceu logo depois da decisão judicial.

(Segue-se exibição de imagens.)

A seguir, os ramais abertos, as pilhas de madeira no interior da unidade, toras longas — de mais de 20 metros. Parte da madeira foi destruída no local, porque não



tínhamos como retirá-la. Não tínhamos pensado nisso, mas a madeira pode vir a alimentar a cadeia do carvão. Indicamos a madeira tirando o valor comercial dela, mas para carvão ela continua tendo valor.

Essa imagem mostra as esplanadas já exploradas. O pessoal deixa para trás a madeira com menor valor comercial — madeira “ocada”, madeira que rachou na hora de carregar.

Voltando ao mapa, eu gostaria de ressaltar algumas coisas. Nós mantemos duas bases na unidade, sendo que uma desde 2007. Até 2007 saíam rumo a Açailândia mais ou menos 30 caminhões de madeira por dia. Essa base bloqueou essa saída. Outra base nossa tem a função de bloquear a saída de madeira para Ulianópolis, no Pará, e Paragominas. E essa região que ainda está a descoberto é a região onde o pessoal explora essa área, e aqui está a terra indígena Awá.

Essa imagem mostra uns quadradinhos que são as carvoarias do entorno que o Dr. Pedro disse que existiam. Normalmente monitoramos as carvoarias em sobrevoo. Essas são carvoarias mesmo; elas não estão conjugadas a uma serraria. As fotos mostram que existem desde carvoarias pequenas, com 13 fornos, a carvoarias grandes, com 200 fornos. Nesse dia nós estávamos acompanhados do IBAMA, que havia destruído parte dos fornos e voltou para destruir o resto. Eram só 5 fornos. Ali há outra carvoaria com 160 fornos. Então, no entorno dessas unidades a atividade de carvoamento é monitorada. E o que tiramos desse monitoramento? De onde vem essa madeira? Parte vem das aparas de madeiras tiradas para serraria de dentro das áreas protegidas. Nós confirmamos a informação que o Dr. Pedro passou aqui: nunca encontramos dentro das unidades nenhuma bateria de fornos. A madeira sai em tora, para aproveitamento mais nobre, e o resíduo vira carvão.

Existe aqui um movimento muito importante que não podemos desconsiderar: a utilização de madeira de assentamentos, tanto estaduais quanto federais. A abertura de áreas de assentamento gera resíduo de madeira, e isso vira carvão. Muitas dessas baterias de forno estão dentro de assentamentos. Existe até uma tendência de concentração de lotes, que já foi percebida perto de Açailândia, onde pessoas que vendem carvão começam a comprar lotes de assentados para construir carvoaria dentro do assentamento. É uma questão cuja solução na região tem



obrigatoriamente que envolver o INCRA, porque ele tem que recuperar esses lotes que estão sendo repassados para frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Além disso, Paulo, ainda tem a possibilidade da lavagem. Assentamentos que não têm madeira dão a documentação para legitimar madeira extraída ilegalmente. Isso também ficou constatado na CPI da Extração Ilegal de Madeira.

O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO - Certamente. E é muito importante destacar, quando olhamos no mapa, toda essa área de plantio de eucalipto das guseiras. Elas estão localizadas bem no entorno das nossas unidades. O compromisso maior com as guseiras tem que ser exatamente o de dificultar ao máximo o esquentamento de outras madeiras nas próprias carvoarias que ficam próximas aos eucaliptos.

Finalizando, eu gostaria de aproveitar para fazer um reconhecimento dos parceiros, sem os quais não conseguiríamos evoluir nada. E acho que apesar da situação ruim, a situação dessa região tem melhorado.

O principal reconhecimento aqui é para a Polícia Militar Ambiental do Maranhão, Deputado. E eu gostaria de enfatizar o imenso apoio, pois sem eles não conseguiríamos andar nessa região, que é violenta. Inclusive trouxe algumas matérias, porque achei que falaríamos um pouco sobre trabalho escravo. Dentro da Reserva do Gurupi, seis fazendeiros já foram autuados por utilizar trabalho escravo. Há casos emblemáticos de pessoas que marcavam o trabalhador a ferro. Foram presas. Realmente é uma região difícil. Se não fosse a Polícia Militar, não íamos conseguir trabalhar na região.

A Polícia Federal, a Força Nacional, a Polícia Rodoviária Federal, o SIPAM, a ABIN e o IBAMA também têm dado um grande apoio, tanto quanto o ICMBio e a FUNAI.

Há universidades que também nos ajudam a fazer o monitoramento do impacto dessa exploração dentro das unidades. Cito aqui as Universidades Federal e Estadual do Maranhão e o Museu Emilio Goeldi.

Temos sempre que nos lembrar dos parceiros, porque sem eles não conseguiríamos trabalhar nessa região.

É isso. Gostaria de agradecer pela oportunidade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Deputado Bernardo, V.Exa. tem a palavra para esclarecer dúvidas.

O SR. DEPUTADO BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS - Obrigado, Presidente.

Primeiramente, eu queria tirar uma dúvida. Eu fiz o levantamento de todas as unidades de conservação no Brasil — não eu, mas um grupo que se reuniu — e do pagamento de indenizações às pessoas que estavam lá. Esses posseiros vieram depois da criação do parque ou já estavam lá? A área do parque está 100% indenizada ou ainda há pendência?

O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO - Não há como negar que existe um imenso problema de regularização fundiária nas unidades de conservação. Não é o caso da Rebio do Gurupi.

Do levantamento que fizemos, encontramos pouquíssimas propriedades com cadeia dominial válida.

O SR. DEPUTADO BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS - Já estão pagas?

O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO - Não, não estão pagas, mas têm cadeia dominial válida. Já o restante das propriedades... Existem ações judiciais de cancelamento de título nessa região, propostas pelo Governo do Maranhão, que estão em curso há 34 anos na Justiça. A questão fundiária no País é complexa!

Em relação aos posseiros, nós estamos trabalhando junto ao INCRA e ao ITERMA para fazer o reassentamento deles em outros assentamentos próximos à área.

O SR. DEPUTADO BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS - E foi feito assentamento dentro do parque?

O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO - Foram feitos assentamentos dentro da unidade, depois da criação da unidade.

O SR. DEPUTADO BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS - Eu estou fazendo essa pergunta porque me espanta que haja assentamentos e todas essas coisas dentro de um parque criado em 1961, segundo os dados que estão ali. Vimos a quantidade de hectares por fiscal. É muito difícil!



O que eu vi de tora ali! Aquele tipo de tora, de madeira, é para uso, como disse aqui muito bem o Paulo Henrique, em serrarias. Todo rejeito acaba virando carvão, porque esse é o único uso que se tem para o rejeito.

Mas para lavar madeira — e eu perdi a apresentação do Dr. Pedro —, para usar documento de um assentamento como se a madeira fosse dali, precisamos da participação do poder público, porque quem vai dar o documento é o poder público. O consumidor de carvão normal... Eu não estou falando de bandido. Bandido tem que ir para a cadeia. Bandido atrapalha o setor que produz de forma séria. Geralmente o gusa produzido de forma ilegal acaba sendo exportado. Ele não vai gerar aço dentro do País. Ele vai para a China e para outros cantos. É o produtor que nós chamamos de vaga-lume, que acende quando o mercado está bom — agora, com a alta do dólar, possivelmente vamos ter um aumento disso — e apaga quando está ruim. E temos o empresário do setor de gusa, de siderurgia, que é constante, que gera emprego e usa esse produto.

Quem planta eucaliptos, por exemplo. Uma das formas de fiscalização que eu sempre defendi, no meu Estado, é que quem planta eucaliptos não faz malandragem, porque economicamente a conta não fecha. É muito caro o custo de implantação e de manutenção. Quem planta o suficiente para ser autossuficiente, o investimento não compensa.

Eu tenho uma dúvida sobre essa operação que apreendeu — no caso não foi nem carvão — esse maquinário para pegar toras, para aproveitamento de madeiras. A rota dessa madeira foi acompanhada? Onde ela foi parar? Já se identificou ou não?

O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO - Está em processo de investigação. Uma parte da cadeia do que estava envolvido já foi identificada. Por exemplo, todo esse maquinário era de empresas de Paragominas. Elas não eram do Maranhão.

O SR. DEPUTADO BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS - E esse pessoal viajou com DOF ou viajou na cara e na coragem entre os Estados?

O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO - Esses, particularmente, estavam na cara e na coragem. Mas as serrarias estavam cobertas. Esse mesmo trabalho que o Dr. Pedro mostrou de mapeamento de quem fornece,



no caso do carvão, eu não conheço, mas com certeza existe essa relação. Existe uma relação de distância economicamente viável. Não se consegue carregar carvão por mil quilômetros, 2 mil quilômetros, sendo viável economicamente. No caso dessas madeiras, todos os planos de manejo que sustentavam as serrarias que participavam estavam economicamente inviáveis. O plano de manejo era de mil quilômetros, como se estivesse tirando madeira do Amazonas para levar ao Pará, a fim de dar o suporte no sistema de crédito de madeira.

O SR. DEPUTADO BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS - Isso é muito importante.

Nesse projeto de lei que eu relato, eu sugiro isso, Presidente Sarney. É muito fácil controlar. Na época, em Minas, nós sugerimos, por conta do próprio setor, não só o setor do gusa, mas o setor de ferro liga, que se constituísse na porta de cada empresa um escritório para o IBAMA, ou, no caso de Minas Gerais, para o IEF, onde houvesse computador, etc.. Isso daria segurança. Na época, as empresas assinaram o compromisso de arcar com isso, para que tivessem a tranquilidade da garantia do produto, que às vezes recebiam até com documento, com autodeclaração.

O sujeito que transporta algo ilícito, e que sabe que está transportando algo ilícito, joga o documento frio no forno junto com o carvão. Ele não deve autodeclarar isso. Nós temos muitos problemas. O documento que prejudica o setor é a autodeclaração. O sujeito recebe, confia no documento que é do Estado — seja o Estado ou a União, depende do tipo de documento —, recebe a nota fiscal avulsa vinda da Secretaria da Fazenda, autodeclara em 48 horas e depois é incriminado. É como se um bandido assaltasse o BRADESCO e declarasse no Imposto de Renda que roubou 200 mil da agência. Uma autodeclaração em 48 horas!

Uma das coisas que propomos é isso que o Dr. Pedro falou: cruzar consumo com produção. Os números técnicos são muito fáceis de colocar. Outro dia nós estávamos falando de trabalho escravo, que foi mencionado aqui, e de outras coisas. Esse é mais um caso de incompetência estatal. Não é de um órgão ou de outro órgão, mas, mais uma vez, do Estado com “E” maiúsculo. Trata-se de mau aparelhamento, de mau uso dos recursos, porque taxa de fiscalização... Todos esses setores, pelo menos o setor siderúrgico, pagam um absurdo de encargos. Em



Minas Gerais, nossa Secretaria de Meio Ambiente teve uma arrecadação de mais de 500 milhões. É o Estado que tem a maior participação nesse setor. Vemos que esse dinheiro está sendo mal aplicado, porque houve dificuldade de tempo de sobrevoo para depois chegar lá e de fato apreender madeiras. São medidas que imaginávamos imediatas.

Nós estamos criando uma série de parques. Colocamos o nome nos parques mas não indenizamos o povo que tiramos de lá e não colocamos pessoal para tomar conta. E aí mostramos para o mundo uma imagem que é mentirosa. Não existe no mundo um país que tenha esse trabalho que nós temos. Mas a falha é estatal. Isso é poder de polícia e é indelegável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Muito bem. A esse respeito, é bom frisarmos, todos os anos as Comissões têm direito a três emendas no Orçamento. Eu mesmo, pessoalmente, tenho lutado por isso. No ano passado, nós conseguimos aprovar aqui na Comissão de Meio Ambiente recursos — a nossa proposta foi de quase 500 milhões — para regularização fundiária das unidades de conservação.

Este ano, novamente, nós vamos fazer isso na Comissão. Mas, além disso, eu já estou me reunindo com o pessoal da bancada do Maranhão. No caso específico do Maranhão, vamos fazer uma emenda de bancada para a regularização fundiária das unidades de conservação no Maranhão. Nós vamos fazer essa discussão aqui. Vamos, também, tentar fazer com que os Estados se envolvam nisso. Precisamos dessa colaboração.

Ao lado disso também há a ideia de fazer os parques da Copa — com toda humildade, uma ideia minha. Na época, eu conversei com o Presidente do Instituto Chico Mendes, e a ideia era que já regularizássemos a situação fundiária desses parques da Copa. Infelizmente, essas coisas não têm evoluído. Mas temos uma contribuição a dar não só no sentido de que vamos propor recursos orçamentários, mas também no sentido de balizar para que isso seja uma prioridade.

Na época em que fui Ministro do Meio Ambiente, o embate era muito grande. A nossa primeira preocupação era criar unidades de conservação e depois pensávamos em regularizar para poder barrar o desmatamento. Mas agora nós estamos vivendo outro momento. Eu acho que nós temos que regularizar, porque



essa falta de regularização já está afetando as unidades de conservação. Eu acredito que temos que nos debruçar sobre essa questão.

Agora, vamos passar ao penúltimo expositor, o Sr. Fausto Varela Cançado, Presidente do SINDIFER — Sindicato da Indústria de Ferro no Estado de Minas Gerais.

O SR. FAUSTO VARELA CANÇADO - Obrigado, Deputado José Sarney, a quem saúdo e agradeço pelo convite para estar participando desta Mesa.

Saúdo o Deputado Bernardo, um parceiro de Minas Gerais ligado ao setor e que nos ajuda muito.

Bom dia a todos. Vou fazer apenas uma pequena explicação sobre o SINDIFER, sindicato que representamos.

É do conhecimento de todos que o início do ferro-gusa foi em Minas Gerais, não só pelas características de possuir as maiores jazidas da principal matéria-prima, que é o minério, mas também pela própria vocação. Isso foi no século XIX. As empresas que existem lá já estão consolidadas; são empresas que vêm trabalhando na produção do ferro-gusa.

O ferro-gusa, só para firmarmos, é uma matéria-prima do aço e das fundições. Então, em tudo que tem aço usa-se o ferro-gusa.

Outra matéria-prima geralmente usada é a sucata, que um dia foi ferro-gusa. Então, na verdade, tudo que tem aço e fundidos, que são os metais, tem o ferro-gusa.

Em Minas Gerais, nós somos 64 indústrias. Nós temos uma capacidade de produção instalada de 685 mil toneladas/mês, que dá um pouco mais de 7 milhões de toneladas/ano. Cinquenta por cento dessa produção, em média, abastecem o mercado interno e 50% vão o mercado externo, representando 60% da capacidade hoje instalada no Brasil.

No Brasil, nós temos mais dois polos, no Norte e no Nordeste, o Maranhão e o Pará; e o Mato Grosso, no Centro-Oeste. Já houve essa descentralização.

Essas 64 empresas são independentes, produzem exclusivamente o ferro-gusa. Outras produções de ferro-gusa ocorrem em empresas integradas às aciarias, como a Gerdau, a Arcelor, a Usiminas, que possuem seus altos-fornos que



produzem ferro-gusa. Algumas são autossuficientes; outras, não. Assim, compram do mercado de produtores independentes.

Quando ficou definido o pacto de sustentabilidade em Minas Gerais, coisa que já vem de muitos anos e foi reforçada com esse pacto, as indústrias independentes optaram pelo carvão vegetal. Para a produção de gusa, existem duas formas de fazer a redução. O gusa é a redução do ferro no minério, o FE_2O_3 . Faz-se a redução, e produz-se o gusa. Hoje, existem duas formas de fazer a redução, que são as mais economicamente viáveis, utilizando-se o coque, que é o carvão mineral, e o carvão vegetal.

As nossas independentes optaram, todas, desde o início, e definiram que a utilização seria somente de carvão vegetal. No caso das integradas, algumas ainda utilizam o carvão mineral; outras utilizam o carvão vegetal, mas a predominância é do carvão mineral. O carvão mineral, como o Deputado Bernardo lembrou, é uma matéria-prima importada. As jazidas, no Brasil, não são de boa qualidade. Portanto, sempre que se tentou, não se chegou a bom resultado. Então, a opção é importar esse coque, em grande escala.

Por que a opção pelo carvão vegetal? Primeiro, porque, no mundo inteiro, só no Brasil é que existe a tecnologia de utilização do carvão vegetal – não é que exista a tecnologia, é que se utiliza. Hoje, a tecnologia é de domínio de todos. Mas é a única que existe. Segundo, acredito que seja de conhecimento de todos, porque no balanço energético, olhando-se o meio ambiente, nós temos um fator extremamente favorável ao carvão vegetal quando ele é incorporado ao ciclo da floresta plantada para a sua autossuficiência.

Nós temos a retenção do CO_2 no ferro-gusa e a liberação do O_2 , num balanço extremamente positivo, o que não acontece com o coque, cujo balanço é negativo. Ele, ao contrário, retém ou absorve o oxigênio, o O_2 , e libera CO_2 em grande escala, para 1 tonelada, aproximadamente 1.740 toneladas de CO_2 . Essa é uma situação bastante degradante, em termos de meio ambiente. Isso também foi fortalecido.

O importante — o Deputado Bernardo já mencionou — é que o nosso trabalho e o trabalho das empresas consolidadas no mercado, que estão no mercado há anos — algumas com 50 ou 60 anos no mercado —, sejam feitos corretamente. Nós banimos qualquer atitude que seja ilegal, principalmente na



compra de carvão. Nós sempre temos, junto com os órgãos ambientais do setor, especialmente em Minas Gerais, o IEF, o IBAMA e a Secretaria de Meio Ambiente, buscado formas de coibir tal tipo de ocorrência.

Em 2004, quando foi criado o DOF, um sistema do IBAMA desenvolvido para regularizar a compra, oficializava-se, dentro do sistema do IBAMA, quem tinha carvão para vender. Ele ia lá e registrava, e o IBAMA fazia toda a verificação, a avaliação, tinha que apresentar todas as exigências. Na medida em que fazia esse procedimento, se o carvão fosse considerado legal, era emitido um DOF, declarando sua legalidade.

Ao mesmo tempo, a empresa de produção de gusa que fosse comprar o carvão entrava também, por outro lado, nesse sistema monitorado, administrado pelo IBAMA, às vezes, com delegação para o SIAM, que é estadual, mas atua internamente. Este pagava a reposição florestal e mostrava toda a documentação que autorizava a compra, habilitava-se como comprador e recebia outro DOF, como comprador.

A comercialização era feita no próprio sistema. Se eu quiser comprar, entro no sistema, vejo quem o IBAMA me indica para comprar, que é legal, e procedo à compra. Então, tudo é monitorado pelo IBAMA.

Quando foi lançado para nós, dissemos: *“Graças a Deus, a gente vai resolver o problema da ilegalidade.”* Era o que esperávamos, mas infelizmente não foi o que ocorreu. Recentemente, inclusive, em 2011, tivemos um problema sério oriundo da falha do IBAMA que foi imputada aos guseiros, problema este que estamos discutindo com o Ministério Público. Isso não pode acontecer, porque a compra foi feita pelo sistema. Então, às vezes, há falhas. Esperávamos que houvesse uma forte solução para pelo menos parte do problema, e não ocorreu. Isso vale mais para madeira de origem de floresta nativa.

Paralelo a isso, o que hoje nos preocupa, dentro do pacto de sustentabilidade e de todas as ações que envidamos com os órgãos ambientais, é o autossuprimento de carvão em floresta plantada. Em Minas Gerais, já existe legislação que define isso; nós temos passos a cumprir. É importante lembrar que o eucalipto tem ciclo de 7 anos; o eucalipto, cuja madeira nos dá melhor rendimento. Dentro desse ciclo há o



período de preparação, e as empresas têm que apresentar o plano de sustentabilidade.

Lá a previsão de consumo é de 5%, quando atingirmos 2018. As empresas poderão consumir também 5% de madeira oriunda de floresta nativa legal, é claro. Todos sabem que a fronteira agrícola e pecuária continua, e haverá esse desmatamento legal, com licença fornecida pelo órgão ambiental. Desde que seja assim, esses 5% poderão ser consumidos.

Nós até nos preocupamos muito sob o aspecto econômico do setor, que tem de ser muito bem controlado, porque essa liberação não está vinculada ao consumo das empresas. Hoje, nós já temos em Minas Gerais indústrias autossupridas com madeiras 100% de reflorestamento próprio; outras, por terceiros ou por fomento. Nós precisamos salientar também a importância do fomento. É preciso fazer um trabalho para que o pequeno produtor possa ser inserido com mais facilidade no setor, dar essa destinação e atender até o social. Então, nós temos indústrias com 100% de autossuficiência em floresta plantada. Preocupa-nos muito se não houver um equilíbrio bom das licenças que vão ser dadas para corte. Como sabem, a toda floresta cortada, nativa, tem de ser dado um destino econômico. O mais comum é o carvão.

Podemos ter no futuro a criação de um mercado paralelo. Isso muito nos preocupa. E vai fortalecer o que disse o Deputado Bernardo, as empresas que entram. São os entrantes no mercado. Como eles entram? Os entrantes são aqueles que arrendam usinas que estão paradas, temporariamente, e extraem tudo aquilo que podem da forma que, às vezes, lhes são convenientes. Isso é muito perigoso!

Temos feito um trabalho com a Secretaria para que isso não venha a acontecer. Como vamos conseguir isso?

Hoje, para se ter ideia, a preocupação no setor é tão grande que estamos ampliando a exigência para compra de madeira nativa. Ainda é permitido, hoje, o volume de 15%, na escala regressiva. Estamos elaborando um pacto com a Secretaria para comprar essa madeira. Vamos, inclusive, assumir alguma responsabilidade, que é do Estado. Como bem disseram o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos e o Deputado Sarney Filho, o Estado, às vezes, deixa



essa lacuna. Para nós é fundamental a fiscalização. Propusemos que se montasse na porta de cada empresa uma base para fiscalização de todos os setores.

Então, estamos assumindo uma parte dessa fiscalização, verificando, *in loco*, aquele carvão — isso é uma das coisas que consta no nosso novo documento, que estamos assinando —, que está sendo ofertado, e saber se ele existe, para evitar, inclusive, aquilo que foi dito aqui, que é esquentar o “carvão”, até parece curioso, que é ilegal. Isso vai ser feito. O comprador tem de ir lá. Não só se limitar à lei, ao que está no DOF. Achamos absurdo até certo ponto. Mas é a realidade e não queremos ficar na ilegalidade.

Então, hoje, temos toda essa preocupação. É claro, o setor é amplo e tem essa característica, algumas vezes. Estamos hoje atravessando uma fase muito difícil, após a crise de 2008, que reduziu muito. Agora, está havendo a recuperação. Algumas usinas estão paradas, outras semiparadas, com a produção reduzida. Isso tem feito com que haja um equilíbrio.

Citarei um dado curioso que recebi, ontem, do Superintendente do IEF de Minas Gerais. Em seu levantamento, o consumo de carvão, hoje, geral, de mata nativa está em 4% nas usinas. Mas isso é porque estamos com a produção reduzida. Então, está sendo abastecido. O que temos de floresta plantada está sendo suprido. Ele dá conta de cobrir essa diferença. Mas é uma situação específica.

O nosso objetivo, realmente, é trazer esse equilíbrio e fazer com que essa sustentabilidade seja alcançada e a ilegalidade banida, totalmente, do processo.

Ficamos muito preocupados porque precisávamos muito mais dessa força do Estado no que tange a essa fiscalização, porque não temos poder de Polícia, muito menos o sindicato — ele pode ajustar — e os empresários, porque são concorrentes. Senão se transforma em uma situação de achar que tem interesses por trás.

Eu agradeço muito a oportunidade. Estou à disposição, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Muito obrigado.

Deputado Bernardo.

O SR. DEPUTADO BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS - Gostaria apenas, Presidente, a título de contribuição... Eu trouxe uns quadrinhos — quando



terminarem os nossos expositores — que mostra alguma coisa sobre essa questão muito simples. Acho que é interessante conhecer, mas apenas a título de contribuição duas observações.

Temos de mexer no sistema, temos de ter coragem de mexer no sistema, porque o sistema está falido. Quando vemos uma extração dentro de uma reserva florestal — quando se cria um parque parte-se do pressuposto, com todo o interesse que o Estado tem em manter o parque, e eu repito sempre: o Estado com “e” maiúsculo, seja qual seja a unidade da federação — imaginamos que isso é uma coisa impossível. O sistema hoje está falido. Temos de repensar o sistema, repensar a forma, porque é um absurdo desmatamento dentro de uma reserva ambiental. Isso é inconcebível. Em tese, seria algo impossível de acontecer.

Como foi muito bem mencionado, em todo setor que necessita de carbono como redutor, a maioria está situada em florestas plantadas ou em utilização de carvão. Isso foi incentivado na época do Fiset, na década de 70, porque o Brasil tem poucas reservas, em Santa Catarina, no Sul, de altas cinzas, e se criou essa tecnologia de floresta plantada.

Mas também mesmo as integradas que importam o carvão mineral e o trazem para cá, hoje já deram soluções ambientais para a emissão de O₂, usando no próprio aquecimento dentro das suas indústrias, usando na planta, até aprovaram alguns projetos de MDL nesse sentido.

Mas é importante lembrar o seguinte: sempre que pudermos incentivar produção de biocombustível, que é o caso do carvão legal... Porque temos de acabar com esse preconceito, também, do carvão. Existe um preconceito em volta do carvão. E o carvão é um produto nacionalizado. Todo mundo, no domingo, quando vai fazer a sua picanhazinha aqui no Brasil, compra o saquinho do carvão para fazer. Lá no Uruguai é com acha de lenha. Em outro lugar é de outro jeito, é com *grill*, com não sei o quê.

O carvão é um produto nacional. Quando ele é feito de floresta plantada é algo que nós temos de priorizar. Gera emprego, melhora o IDH, possibilita aos pequenos produtores sobreviverem. E ele tem até uma missão que eu digo que é cívica, porque ensina o brasileiro a poupar. Brasileiro é muito ruim de poupar. Como



ele tem de esperar 7 anos para colher, ele insere inclusive esse hábito da poupança, porque traz uma rentabilidade, ao final, que compensa.

Agradeço a todos a presença, ao nosso Presidente do sindicato, e quero dizer que com ele concordo no ponto de que temos de resolver esses problemas estatais, até porque são pagos, e, via de regra, em taxa. Taxa tem de ter contraprestação. E os órgãos, muitas vezes, estão sem condições de fazer. Temos de repensar sistemas. Essa que é a preocupação: combater causa, porque combater consequência é batalha inglória, não é, meu Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Eu pergunto ao nosso Presidente do SINDIFER, tendo em vista o que foi dito a respeito do uso das florestas nativas, se não seria o caso de se pensar em proibir o uso de carvão oriundo de florestas — simplesmente proibir. O que o senhor comenta a respeito disso?

O SR. FAUSTO VARELA CANÇADO - A proibição do uso da floresta nativa está muito mais na preocupação que nós temos de ter com o desmatamento. Quando falamos desmatamento parece que é desmatamento ilegal. Não. O desmatamento legal. Quando um pequeno produtor está lá no fundo e precisa utilizar a terra — e você sabe que ele vai fazer —, ele consegue a licença para corte, porque ele quer fazer a terra produzir, ele tem direito. Ele tem de dar uma destinação econômica para a lenha que, via de regra, vira carvão — é o mais comum.

Então, essa proibição, acredito eu, está mais... As empresas, em que pesem todas as dificuldades para se fazer um reflorestamento... É importante reforçarmos um dado que já foi dito: uma floresta de eucalipto, em média, para autossuprimento da planta industrial, custa de 6 a 7 vezes o valor dos seus ativos industriais. É muito caro.

(Não identificado) - É um agronegócio.

O SR. FAUSTO VARELA CANÇADO - Para que se tenha ideia de como é valorizada, hoje a comercialização de uma indústria siderúrgica começa pela floresta, depois vai para a indústria. O custo é maior, então o volume é muito alto. E você tem essa proporção de 6 a 6. Isso, para o lado guseiro, para o lado do pequeno produtor, que vai dar destinação à floresta que ele desmatou e que é legal, que foi



para o carvão, e ela tem de ser consumida. E quem consome em grande escala? Não adianta vender para uma churrascaria.

(Não identificado) - Tem a curva do consumo.

O SR. FAUSTO VARELA CANÇADO - Exato. Então, a curva do consumo... Tem ali, não tem? Você vai mostrar.

Então, sabe, Deputado, eu acho que é importante pensar nisso, é social. Isso é muito social. Agora, para o guseiro tem uma vantagem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - *(Inaudível.)* Não é escala para compra?

O SR. FAUSTO VARELA CANÇADO - Não, não há escala. Como eu disse no início, a previsão de poder consumir 5% de mata nativa em Minas Gerais pode ser insuficiente para aquilo que vai ser liberado, pela história que conhecemos. Não estamos falando de ilegal em hipótese alguma. A meu ver, se prosseguir na proibição, ela terá um ônus muito elevado para as indústrias.

É importante também criarmos, junto aos organismos, formas de financiamento. Nós temos grandes dificuldades de financiamento, porque — e este é outro dado interessante — um hectare de eucalipto, no seu período de 7 anos, custa em média 7.500 reais.

(Não identificado) - Sem o preço da terra.

O SR. FAUSTO VARELA CANÇADO – Não, não, já incluído. Hoje já está conseguindo, com o clone já está conseguindo, sabe Deputado! Mas vamos considerar que o preço da terra seja em torno de 2 mil reais o hectare, a floresta custa 5. Mas o banco, quando vai emprestar o dinheiro, pede garantia, e a floresta não pode ser garantia, somente a terra, cujo valor é insuficiente para a obtenção de linhas de crédito. Então, é uma luta que temos também para que as florestas sejam aceitas como garantia, uma vez que é um volume maior e, aí, muitas vezes, inviabiliza e você não consegue linhas de crédito que sejam suportáveis e que venham viabilizar depois só linhas de crédito com taxas bem mais altas.

O SR. DEPUTADO BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS - Presidente Sarney, uma rápida intervenção.

Quando eu presidia a Associação Mineira de Silvicultura e apresentei esse plano, eu dizia que para o setor proibir a utilização de usar a madeira legal e



determinada pelo Estado — limpeza de pasto, abertura de área, enfim, aquela madeira que o Estado dá ao sujeito licença de utilizar —, para o setor, criando outros mecanismos, se essa é a vontade do Estado... Lá em Minas já está praticamente resolvido porque virou lei, o pessoal teve de correr atrás de uma série de circunstâncias, financiamentos e programas, o Governo ajudou muito, tem ajudado, está melhorando.

Esse Programa ABC, novo, que surgiu aí, é um programa interessante, um dos melhores que já surgiram na área florestal, mas é o seguinte: vai ter problema para o Estado, porque tem lei federal dizendo que é proibido, depois de fazer essa limpeza autorizada, não dar destinação à madeira. E eu vou mostrar depois a curva. Aí não tem destinação, sobretudo na limpeza de pastos, onde se vai tirar é fininho. Uma tora daquelas não, ela tem destinação nobre. Aquilo ali, no Gasômetro, em São Paulo, vale um dinheirão, cortada em lâmina para fazer prensado para ir para a Europa. E geralmente o pessoal consegue documento para legalizar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Vamos ouvir agora o nosso último expositor. Depois nós vamos dar a palavra ao Deputado Bernardo, para fazer um pequeno fechamento, e aí abriremos uma discussão.

Com a palavra o Sr. Marcio Astrini, do Greenpeace.

O SR. MARCIO ASTRINI - Bom dia a todas e a todos. Eu quero cumprimentar os Deputados presentes, meus amigos de Mesa, em nome do Deputado José Sarney, e agradecer a S.Exa. o convite.

Vou fazer uma exposição bem rápida do relatório do Greenpeace, que foi lançado no dia 14 de maio. É um relatório feito em cima de uma parte do mapeamento da cadeia produtiva de ferro gusa concentrada nos Estados do Maranhão e do Pará.

Antes de começar a apresentação, eu quero só fazer aqui um agradecimento a algumas entidades que, inclusive, atuam ali na região, como o Conselho Indigenista Missionário —CIMI, Justiça nos Trilhos e tantas outras pessoas que contribuíram ao longo da escrita desse relatório, porque, sem eles, com certeza, esses dados seriam muito mais difíceis de serem apresentados e a publicação seria muito mais difícil de acontecer.



Essa publicação, Deputados, infelizmente não traz muita coisa nova. E eu digo “infelizmente” porque as denúncias que ela traz são de conhecimento público há muito tempo e não só dentro do Brasil. Eu trouxe só três exemplos porque já em 2006 — há seis anos — uma revista norte-americana publicou uma matéria de capa relacionando as atividades ilícitas na produção de ferro gusa, destruição da Amazônia e todos os problemas correlatos.

Em 2008, esta própria Casa, como o Deputado Bernardo, inclusive, já apontou, dava início a um Projeto de Lei, que é o 3.003, que hoje virou o projeto de lei que ancora esta audiência pública, e o Deputado Fernando Gabeira já indicava problemas e buscava, pelo menos parcialmente ou em algum momento, encontrar uma solução, que era não mais o consumo de madeira nativa para a produção de ferro gusa.

E recentemente, em 2012, houve, em São Paulo, a criação de um grupo de trabalho, que tem como signatárias, se não me engano, três siderúrgicas — não estou atualizado se mais siderúrgicas aderiram. São siderúrgicas que assinaram um TAC no Estado do Pará. E o motivo da criação desse GT decorre da identificação de desmatamento ilegal, trabalho escravo e a impossibilidade de se afirmar de onde vem parte dessa madeira que alimenta os fornos das carvoarias que fazem a transformação do minério de ferro em ferro gusa.

O estudo abrangeu essas etapas da produção do ferro gusa: o corte de madeira; do corte da madeira você faz a queima dessa madeira nos fornos; e, aí, você tem o carvão; o carvão segue para as guseiras, aproximadamente no trecho que estudamos do Paulo Carajás são 40 altos-fornos que existem na região. A guseira transforma o minério de ferro bruto com esse carvão, em ferro gusa, e isso, depois, é exportado para a fabricação de aço e ferro fundido.

Grande parte da exportação nessa região que foi estudada vai para os Estados Unidos, cerca de 80%, chegando até a 90% em alguns anos. E esse aço, esse ferro fundido que é beneficiado lá fora depois serve para constituir peças de automóveis, geladeiras e bens de consumo de forma mais variada.

Tem a dinâmica aqui de como o carvão é usado. É uma estimativa feita pela Rede Nacional de Biomassa para Energia — RENABIO. Ela estima que 85% do carvão produzido vão, realmente, para gusa e aço, 9% para aquecimento,



residências ou geração de energia diversa e uma parte mínima para consumo quase que doméstico — pizzarias, churrascos de fim de semana, etc. Portanto, a grande concentração é realmente para ferro-gusa.

Uma operação do IBAMA, chamada Saldo Negro, feita em 2009, se não me engano, baseou-se em boa parte inclusive nesse relatório. Fez isso para que, a partir das informações de lá, buscássemos novos dados, inclusive com depoimentos de pessoas que vivenciaram de perto esse problema do ferro-gusa na região, especificamente.

E há uma declaração interessante do Sr. Luciano da Silva, Chefe de Fiscalização do IBAMA em Marabá, que participou dessa operação, em que ele diz *“que as siderúrgicas fomentam o desmatamento da floresta em todo o sul e o sudeste paraense para obtenção de carvão de que precisam, acobertando essa origem irregular com guias florestais fraudadas”*. É o que chamamos de — vários colegas já se referiram a isso — esquentamento, a lavagem do carvão.

Outro dado interessante foi uma pergunta feita pelo Deputado Sarney Filho. Eu não encontrei isso nos cálculos recentes do IBAMA e busquei um cálculo de 2004, que serve para efeito ilustrativo, porque já tem quase uma década, um levantamento feito pelo IBAMA procurando saber quanto desse carvão é ilegal ou legal. Acho que essa é a grande dúvida, quanto é ilegal, quando tem registro ou não.

E, aí, ele fez o levantamento por exclusão, Deputado, e diz que as indústrias declararam cerca de 22 milhões de metros cúbicos em forma de resíduos que foram transformados em carvão. Os dados do IBGE afirmavam que a produção nacional de toras foi de 26 milhões de metros cúbicos no mesmo ano. Então, a produção é quase a mesma que a declarada. Só que para você usar resíduo para transformar em carvão, você não utiliza toda a produção, senão não teríamos madeira para transformar em móvel, por exemplo. Você usa, segundo um cálculo do IMAZON, aproximados 28%.

Então, se terminarmos esse cálculo, o resultado será o de que só um terço do carvão registrado poderia ter ISO (*ininteligível*), Há dois terços de origem desconhecida por essa conta de exclusão feita pelo IBAMA, que ainda prossegue com essa conta, dizendo que só 52%, então, do volume extraído de madeira, em



área desmatada, teria como ser rastreado ou algum tipo de origem ser dada a essa madeira.

Assim, você tem quase metade da madeira do ano de 2004 extraída para essa atividade de ferro-gusa que, segundo os cálculos do IBAMA, não haveria como se comprovar a origem. Então, essa origem não teria comprovação, não se sabe de onde vem, se ela está apta a receber todas as formas de ilegalidade e todas as participações de problemas que existem nessa cadeia.

A grande pergunta que não conseguimos responder no relatório é de onde vem essa madeira ilegal. Essa é a grande dificuldade. É muito difícil, Deputado, ser feita a relação de que aquela madeira retirada naquele dia, naquela terra indígena, virou o carvão Y. Isso é muito difícil mesmo, porque essa madeira é ilegal. E acho que essa ilegalidade e essa falta de monitoramento da madeira dá insegurança para a nossa discussão, como também causa insegurança para o próprio setor, porque acaba havendo um setor que tem uma produção e, que parte dela é desconhecida. Então, essa produção está apta a receber os problemas inerentes a essa ilegalidade, como, por exemplo, o trabalho escravo, uma das coisas que constatamos.

Uma parte dessa madeira ilegal, Deputado Sarney, podemos dizer que pelo menos no Estado do Maranhão vem prioritariamente de Unidades de Conservação em terras indígenas, porque grande parte desse desmatamento que acontece de forma ilegal não tem mais, em alguns lugares com carvoaria instalada, como acontecer se não for dentro das Unidades de Conservação, porque não existe mais madeira, exceto a madeira dessas Unidades de Conservação.

E se você averiguar os números da diminuição da cobertura florestal de áreas indígenas, por exemplo, que têm grande concentração de carvoarias no seu entorno, você vai verificar uma relação muito direta da extração ilegal de madeira com essas carvoarias e com a pressão que a produção de ferro-gusa causa a elas.

Segundo dados da perda de cobertura florestal, entre 1986 e 2011 ela chega a 32%, a 34%, havendo uma terra indígena. Obviamente, se se perder 34% de floresta numa terra indígena, não será para o autossustento dos índios, mas, sim, para algum tipo de exploração comercial e ilegal que está sendo realizada lá.



Outro dado interessante foi uma terra indígena que nós visitamos e que está no relatório, chamada Araribóia, no Maranhão. Fica próxima a um centro madeireiro. Em 2009, essa cidade, onde fica essa terra indígena, tinha 35 serrarias no entorno da terra indígena. E uma operação do IBAMA, inclusive, verificou que só duas delas tinham licença para operar. Representantes do IBAMA foram lá, fecharam as serrarias e quando tomaram o avião de volta, saíram da área, elas reabriram.

E esse procedimento é uma constante que percebemos. O IBAMA vai até lá, fecha, mas você não se tem como dar continuidade a essa exclusão, a esse fechamento das serrarias. Como disse o nosso companheiro do IBAMA, você destrói os fornos aqui, eles reaparecem do outro lado. Parecem cupins de terra.

Partindo dessas informações, fizemos o mapeamento dessa cadeia comercial, porque temos um problema de governança muito grande. Eu acho que esse é o principal problema que devemos atacar. Mas existe um problema de financiamento, de falta de governança e problemas relacionados ao fato de não sabermos da origem dessa madeira.

Esse problema de financiamento da cadeia é corresponsável por todos os outros que existem na produção de ferro-gusa. Então, quando dizemos que temos um problema aqui, e os problemas identificados estão muito mais centrados na extração de madeira e na carvoaria, quando se chega à siderúrgica dificilmente você tem uma siderúrgica multada por ela própria ter feito o desmatamento de madeira nativa, ela compra o produto de matéria nativa desmatada, mas quando ela entra nessa cadeia comercial, ela financia o restante da cadeia. E essa lógica tem de ser perseguida até o final, Deputado.

Nos Estados Unidos, quando a Ford compra um aço que tem na origem de sua cadeia de produção problema de desmatamento ilegal, problema de invasão de terra indígena, ela tem economicamente a responsabilidade de financiar essa cadeia. Ou ela ajuda na solução ou continuará fazendo parte do problema de forma ativa.

Esse foi o mapeamento que fizemos: pegamos duas siderúrgicas como exemplo; o problema não começa e não termina apenas nessas duas siderúrgicas; elas exemplificam o problema. As Siderúrgicas Viena, no Maranhão, e SIDEPAR, no Pará, são empresas brasileiras que vendem, por exemplo, para um grupo



siderúrgico nos Estados Unidos, controlado por uma operadora russa chamada Severstal Russian Steel, que fica na Cidade de Columbus, no Mississipi. Essa siderúrgica faz o beneficiamento do aço com ferro-gusa e distribui para montadoras, as mais diversas. Talvez alguns de nós tenhamos carros dessas montadoras.

Verificamos no estudo que parte do carvão que chega a essas guseiras brasileiras está, em algum momento da cadeia produtiva, associado a práticas ilegais, como trabalho escravo, extração ilegal da madeira, comercialização de madeira sem origem conhecida — aí entra aquele problema das terras indígenas, etc.

E é interessante porque essas duas guseiras aqui, a Siderúrgica Viena, que fica no Estado do Maranhão, compra muito do seu carvão do Estado do Pará. Temos, inclusive, duas carvoarias, uma delas com licença suspensa, a outra indiciada por trabalho escravo, que não ficam no Maranhão; mas no Pará. Isso é só para mostrar que essa cadeia não tem fronteiras estaduais; não respeita as fronteiras de um Estado para outro. E a Siderúrgica Viena, inclusive, é uma das fundadoras do Instituto Carvão Cidadão, no Estado do Maranhão e é uma contribuinte, uma signatária do Pacto do Trabalho Escravo, desde 2005.

Temos outra siderúrgica, a SIDEPAR, que assinou um TAC, no Estado do Pará. Inclusive, quando da assinatura do TAC, há siderúrgicas que, motivadas por uma operação do IBAMA, fazem essa assinatura, declaram na própria assinatura e reconhecem que existem as práticas ilegais que estão no nosso relatório e em tantas outras publicações. São siderúrgicas que têm, talvez, comportamentos distantes, diferentes, atuam em Estados diferentes e muitas vezes compartilham do mesmo fornecedor de carvão, da mesma carvoaria.

Esses são os principais problemas que encontramos e que se encontram publicados ao longo do relatório. O destaque principal é para a falta de governança. Temos incapacidade de conseguir controlar esse processo da cadeia produtiva.

Hoje, por mais bem intencionada que seja uma siderúrgica — e eu não vou fazer um julgamento da intenção, mas ela pode ser totalmente bem intencionada —, ela incorrerá num problema muito grande de conseguir demonstrar ao seu comprador, nacional e internacional, que toda a sua cadeia produtiva está livre ou não detém pelo menos um desses tipos de problemas que encontramos no relatório.



É muito difícil, pelo menos nesse eixo. Ela pode até não tê-los, mas tem dificuldade para comprovar, porque não tem como mapear a sua cadeia produtiva. Não há, portanto, um sistema eficiente de controle da cadeia de produção.

Esse não controle, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, causa problemas que vão além da prestação de contas comercial que uma siderúrgica não possa fazer ou que uma empresa tenha com seus acionistas nos Estados Unidos ou aqui no Brasil. Ela acomete problemas relacionados ao meio ambiente e a vidas humanas. Um dos problemas que identificamos ficava dentro de alguns territórios indígenas que comportam a população do Água Já, que tem cerca de 350 a 400 indivíduos, distribuídos nessas terras indígenas, e que, segundo relatório da ONU, é um dos povos mais ameaçados de extinção no planeta. A extinção a que eles fazem referência é exatamente pela pressão de retirada de madeira ilegal dentro dessas terras, porque esse povo é coletor-caçador; ele não se fixa num lugar; precisa de uma vasta área de floresta para sobreviver. Essa vasta área de floresta está sendo deles retirada pela extração ilegal dessa madeira — e muito dessa madeira pode estar indo a essas carvoarias. Uma das consequências é a contribuição para que esse relatório da ONU fique cada vez mais agravado.

Outra consequência desse não controle é o que declara o próprio Ministério do Trabalho, ou seja, a produção de carvão vegetal, assim como a degradação de florestas, são das principais fontes de trabalho escravo, análogo à escravidão no País. Entre 2003 e 2011, 2.700 trabalhadores foram libertados de condições degradantes de trabalho nas carvoarias do Brasil inteiro.

Bem, Deputado, se não temos no Brasil sistema que controle a origem desse carvão, se as empresas não podem garantir, de forma eficiente e verificável publicamente, a origem desse carvão, como poderemos garantir que esses trabalhadores não estão na remessa X, Y ou Z? Não existe essa garantia.

Então, temos hoje um problema e precisamos resolvê-lo. Não me alonguei na intervenção nem fiz uma apresentação dos problemas em si, no relatório, porque é um problema de setor, e estamos falando de economia. Qual o índice de competitividade que essa indústria brasileira de gusa terá daqui a alguns anos, ou o tem hoje, com esse tipo de problema, podendo ser apontado hoje, pelo Greenpeace, e amanhã, por um concorrente deles. Não é sobre uma questão da organização que



se está falando aqui hoje. Então, o setor tem, economicamente, um problema; nós temos, ambientalmente, um problema, e nós temos um gigantesco problema que acomete vidas humanas.

Esta é a última fala. Depois, vou terminar com propostas para solução, que eu acho que é onde a gente deveria se concentrar. Hoje, Deputado, é uma data triste. Faz 1 ano do assassinato de Zé Cláudio e sua esposa, Maria, em Nova Ipixuna, pessoa que lutava pela floresta, que tinha um embate muito direto relacionado à extração ilegal de madeira.

Sem controle, Deputado, como a gente pode afirmar aqui que Zé Cláudio não foi vítima de um desses processos denunciados no relatório do Greenpeace ou em outros? Não existe como fazer essa afirmação. Eu acho que essa falta de afirmação é que não pode existir. Não pode haver um mercado, uma cadeia produtiva baseada nesse tipo de dúvida e que pode ocorrer com esse tipo de problema.

Para terminar, Deputado, quero agradecer ao senhor por sua fala inicial e pela atitude desta Comissão, primeiro, por chamar a audiência pública, segundo, por buscar — espero que esse seu gesto possa contar com a ajuda de tantos outros Deputados e aceito pelas empresas, principalmente dessa região que o relatório apontou — encontrar uma solução e começar a traçar um caminho que não seja apenas da legalidade, só baseado em projetos de lei. Que seja possível, através desse caminho, mostrar que essa cadeia produtiva está eliminando esses males a que, qualquer um que fizer a investigação, vai chegar.

Eu acho que, além disso, eliminar esses problemas da cadeia produtiva é a única forma de fazer brotar a semente da legalidade e do bom comportamento, seja ambiental, seja humano, nessa cadeia. Cada vez que a gente não toma uma atitude em prol da solução desses problemas, está deixando que aquele que gostaria de trabalhar na legalidade, respeitando todos os preceitos legais e evitando, eliminando da sua cadeia produtiva todos esses problemas apontados, seja sufocado pela inoperância do Estado e tem a concorrência desleal do ilegal, que, obviamente, vai ter produção mais barata.

Deixo como exemplo de possibilidade de solução o que o Greenpeace presenciou, fez, Deputado, numa oportunidade, inclusive no mercado da soja, a transformação do comportamento de um setor produtivo, que também tinha



problemas, e ainda tem alguns, mas que trabalha para resolvê-los e, pelo menos, hoje, vem a público com um instrumento de monitoramento da sua cadeia dizer: *“Esta parte aqui, com este instrumento, auditado, nós podemos dizer que ele está livre destes problemas aqui apontados.”*

Outros problemas são detectados e tantos outros nós vamos ter que melhorar para detectar e fazer a verificação, mas esse processo está em andamento. Tenho certeza de que a gente pode instalar esse mesmo processo aqui. Eu acho que não é uma solução continuar, de tanto tempo até hoje, com esse tipo de situação, que é apontada, repito, no relatório do Greenpeace e em tantos outros publicados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Obrigado, Márcio.

Gostaria de aproveitar para dizer que já tenho material sobre Zé Cláudio e Maria do Espírito Santo. Vou tentar fazer um pronunciamento hoje, quando faz 1 ano do assassinato do casal. A frase citada foi retirada, se não me falha a memória, de documentário apresentado na ONU e premiado. Nós já tivemos a oportunidade de, num dos nossos eventos, mostrá-lo. Ele é muito consistente.

Então, hoje, não é à toa, faz 1 ano da morte deles e da primeira votação da proposta de alteração do Código Florestal na Câmara. Lutamos para que a Presidente Dilma resgate um pouco a dignidade dessas pessoas que tiveram suas vidas ceifadas por interesses econômicos. Seria muito importante, é minha opinião pessoal, que ela declarasse o veto total — não sei se está aqui o papelzinho — a essa proposta, até mesmo em homenagem a esses mártires da causa ambiental.

Vou tentar ainda, mas, de qualquer maneira, foi importante que hoje relembrássemos. Até tenho o material aqui, inclusive com uma entrevista que ele deu, que li no dia.

Vou abrir exceção e dar a palavra rapidamente para quem quiser. O Bernardo encerrará com sua participação.

Fale, Nino.

O SR. NINO - Deputado, só para fazer justiça, naquele dia aconteceu um fato lamentável. Enquanto o senhor dava a notícia da barbárie no Pará, houve uma sessão de vaias de pessoas tomadas pela insanidade do momento. Eu gostaria que o senhor puxasse uma salva de palmas para Zé Cláudio, porque ele se foi, a vida



dele foi ceifada, mas o legado está aí, a luta dele continua. Ontem mesmo, foi criada a Frente Parlamentar de Apoio ao Extrativismo. O legado de Zé Cláudio — o Zé Castanha — e Maria continua.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Vamos dar uma salva de palmas a Zé Cláudio e Maria por seu legado. (*Palmas prolongadas.*)

Muito bem, Deputado Bernardo.

O SR. DEPUTADO BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS - Desde o dia em que tomamos posse na AMS, o pacto da sustentabilidade, que acho uma solução, e nós temos que tratar de solução, foi colocado. Tínhamos lá diversos segmentos de setores.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Aqui é imagem de jornal. Está meio difícil ver, mas este é um grande conhecido do nosso Presidente Sarney, que foi seu Ministro Adjunto, José Carlos Carvalho, e depois Ministro. Ele era, então, Secretário de Estado de Meio Ambiente de Minas Gerais. Ali está o Secretário de Agricultura, logo acima, empresários, o Paulo Romano, que foi Deputado Federal e Secretário Adjunto de Agricultura.

Aí são notícias que saíram na época. Eu coloquei porque deu muito movimento o que nós fizemos desde o dia da posse, que foi apresentar isto.

O Brasil é um pouco diferente disto aqui. No Brasil, vai para segundo lugar. Os senhores veem que, às vezes, não conhecemos muito a nossa matriz energética. Nós temos em Minas o maior parque de consumo de madeira. No Brasil, ela ocupa o segundo lugar na matriz. Nós temos 32,9% de lenhas e derivados usados em energia em Minas. Este dado é da CEMIG, no vigésimo balanço energético. Nós temos 8,8% de outras fontes; 13,9% de hidráulica; 31,1% de petróleo, gás natural e derivados; e 13,3% de carvão mineral e derivados.

Isto aqui é como estava a situação quando apresentamos o PAC da Sustentabilidade. Esta era a origem natural do carvão vegetal consumido em Minas Gerais. A fonte é o IEF. Nós tínhamos 80% de madeira cultivada em 1997 e 20% de nativa. Nós estávamos vendo esta curva acontecer, até chegar ao ponto de quando ele foi proposto, com menos de 60% de plantada e mais de 30% de nativa.

Os preços médios anuais do carvão vegetal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Caiu a plantada?



O SR. DEPUTADO BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS - Caiu porque faltaram incentivos para plantio, que teve na década de 70; é uma atividade de alto custo de implementação, de longo prazo de maturação — o sujeito demora a ter o retorno; houve pouca política pública para implementar. O PAC da Sustentabilidade veio exatamente mostrar isso, e esta curva reverteu, como nós vamos mostrar depois. Nós conseguimos um incremento de plantio significativo, a partir do momento em que foi dada condição pública para isso.

Os preços, de 1997 para cá, estão dólar por metro cúbico de carvão. Vejam bem esta elevação. É exatamente até uma falta de política pública nossa, pensando nos dados do ponto de vista econômico, que acabam refletindo no ambiental e nos outros. Eu sempre gosto de pregar a questão da sustentabilidade. Se não olhar os três viés, vai dar efeito colateral. Por isso o carvão consegue viajar. Esta curva hoje está um pouco mais baixa porque a maioria do setor está desligado, em virtude do dólar baixo. Com ele alto, vai acabar subindo de novo.

Uso de solo em Minas Gerais. Com poucas exceções, no caso da Amazônia e outros, acaba mostrando um pouco do Brasil. Aqui foi um trabalho feito para Minas. Eu estou usando ele como paradigma, porque lá ele funcionou. Nós tínhamos lá 44,8% de pastagens — pastagens boas e degradadas, de todo jeito —, são 26 milhões de hectares; nós tínhamos 7 milhões de hectares em agricultura; nós tínhamos 1,2 milhão de hectares em madeira plantada, são 2%, naquele tempo. Minas Gerais, então, tinha um terço da floresta plantada do Brasil. Estes são dados da Secretaria de Planejamento, da EMATER.

Em matas nativas, nós tínhamos 18,2 milhões de hectares, significam 31% do nosso Estado; e nós tínhamos 5,7 milhões de hectares, ou 9,8%, em outros usos diversos — estrada, infraestrutura, cidade etc.

O Brasil é o país mais competente para produzir floresta plantada no mundo. Aqui é quanto cresce por metro cúbico por hectare/ano em outros países importantes no mercado mundial. Na Finlândia é menos de 5%; no Canadá é um pouco mais do que isso; os Estados Unidos passam pouco mais dos 10 metros cúbicos por hectare/ano; no Chile é um pouco mais de 20; no Brasil, a esse tempo, estava em 30. Hoje já ultrapassamos os 35 metros cúbicos, e temos casos de 60, mas estamos falando em média. Estes são dados da FAO, de 2006.



Nesse tempo, a Finlândia — permanece ainda — detinha, no mercado mundial de madeira, 8% e o Brasil só 2%, com esta competitividade toda. Isso tem que ter razão. Se for pensar só do ponto de vista econômico, se é tão competente, por que não faz?

Para cada hectare plantado com eucalipto... Aqui eu quis mostrar o uso da terra para mostrar que dá para fazer integrado nas pastagens que já existem, dá para fazer integrado com a agricultura. Não precisa de supressão para isso. Esse foi o pacto em Minas.

Nesse tempo, houve uma produção média de 38 metros cúbicos por hectare/ano. Nas matas de Minas, nós tínhamos um incremento em torno de 3 metros cúbicos por hectare/ano de crescimento da floresta nativa. Então, plantando em áreas já antropizadas o eucalipto, você tira pressão de 10 hectares de madeira nativa para cada hectares plantado dentro de uma forma, por óbvio, correta e normal.

Algumas virtudes do cultivo da madeira. Primeiro, lembrar que é cultivo. Áreas nativas preservadas. Neste tempo, Minas Gerais preservava 400 mil hectares em área de APP e reserva legal, um significativo parque florestal mantido, mas com uma estrutura de proteção difícil para o Estado ter em eficiência, porque, para o sujeito que planta madeira, a madeira é o principal ativo dele. Ele tem caminhão-pipa, brigada de combate a incêndio, programas diversos que o Estado, às vezes, não tem no parque. Então, nestas reservas não há incêndio. Elas não pegam fogo.

Aqui é um balanço pequeno em termos de... Isto foi aprovado recentemente. Até fiz um pronunciamento na Casa sobre isto, com mecanismo de desenvolvimento limpo. É um balanço do que a floresta traz, quando existe a captura de CO₂, não só por ela ser de rápido crescimento, mas por capturar e transferir, no caso, para o gusa e, depois, para o aço fazer um aprisionamento eterno. Então, na verdade, exportar floresta é exportar energia solar, o principal elemento da fotossíntese.

O que ela tinha de importância no Estado, quando nós apresentamos este programa? Ela tinha um emprego fixo para cada 10 hectares. É difícil, no melhor programa de assentamento do mundo, conseguir fazer um sujeito sobreviver, com um salário digno, em 10 hectares. Ela tinha 48 mil e 400 empregos diretos e 193 mil e 600 indiretos. Ali nas plantações. Na carbonização, 56; em madeira-combustível,



4, e vem descendo até chegar a esse total de 162 mil empregos diretos e 643 mil empregos indiretos.

Aqui temos o levantamento do IDH, que é feito de 10 em 10 anos, nos Municípios onde a atividade de cultivo de madeira é significativa em Minas Gerais. Esta é a média de Minas Gerais: 10,9% de incremento. Em Peçanha, onde há grande parcela de indústria de celulose instalada, o incremento foi de 15,8%. Em Cristália, que fica na região no Médio Jequitinhonha e onde eu sou Deputado majoritário, houve 18,9% de incremento. Em Guanhães, houve 16%; em Itamarandiba, cidade onde mais há pequenos produtores de florestas plantadas do Brasil, houve 17,8%. Em Capelinha, logo ao lado — as duas juntas têm a maior floresta plantada contígua do mundo —, houve 19,3%, e em Carbonita, 14,5%. Com exceção de Guanhães e Peçanha, todas são cidades do Jequitinhonha, que é o lugar de Minas Gerais onde, como sabemos, há mais dificuldades. Apesar disso, houve esses índices muito superiores à média geral do Estado.

Já disse que a tecnologia dominada é inédita no mundo e feita da forma correta. Também já falei sobre a falta que temos de variedade fóssil, o aprisionamento eterno, a eficiência energética, a popularização do uso.

Aqui temos o nó górdio da questão que tivemos de resolver em Minas Gerais: ou se dá prazo, ou se dá dinheiro. De todo jeito, há que se pensar que, para quem ainda não fez e que vai ser trazido para a cadeia de produção, o plantio vai levar 7 anos. Em Minas estamos mais avançados, porque fizemos em âmbito de lei estadual, mas, se for para fazer em 7 anos, é necessário colocar dinheiro na mão, porque não há recursos para fazer desse jeito. Ou, então, vai-se dando prazo — como foi a ideia do ex-Deputado Gabeira, recuperada no Projeto de Lei nº 317, que hoje eu relato.

Agora, algumas ideias. O Fausto falou da dificuldade. Na época apresentei ao Governo a questão da carta de custódia de cadeia produtiva, que é aquela história do que vem primeiro, se o ovo ou a galinha. Os bancos de desenvolvimento, Presidente Sarney, para dar financiamento ao produtor, pediam-lhe a prova de que ele tinha 100% de madeira plantada. Ora, se ele tivesse 100% de madeira plantada, ele não precisaria de financiamento para plantar madeira. Por isso falei sobre a questão do ovo ou da galinha: o que vem primeiro? Demorei a descobrir o que era



essa carta de custódia de cadeia. No Brasil, somos campeões em capacidade de inventar nomes e burocracia.

Na época eu dizia no Governo que tudo estava por fazer, que a demanda por uma nova política era imediata.

No dia 16 de outubro assinamos, na ECOLATINA, o pacto junto com o Governo. Escolhemos a data da ECOLATINA por acharmos que era uma marca interessante para a assinatura do pacto. Em 90 dias ele foi ratificado pelas associadas. Apenas o marco legal atrasou, e a lei acabou demorando um pouco mais. Isto foi o que nós apresentamos e que se iniciou em 2008.

Um investimento médio de 1,5 bilhão de reais por ano tem sido feito. Até o final do ciclo, vão ser gerados 300 mil novos empregos, e aquele efeito do IDH vai se repetir, além do lado ambiental, porque se vai tirar a pressão de florestas nativas.

Cultivo de madeira não é exploração de floresta. Pelo contrário, é proteção e garantia para as florestas, é a forma de proteger floresta nativa. Seria uma solução pararmos de comprar carros, ou pararmos de voar de avião, de usar relógio, microfone, computador, PowerPoint? Seria uma solução voltarmos a morar em cavernas? Vão faltar cavernas e ainda vamos precisar de autorização do IPHAN, ou seja, vai ser difícil também. A solução para proteger o meio ambiente é defender práticas sustentáveis e virtuosas. Esta é a maneira de proteger floresta nativa: fomentar plantio de floresta plantada em áreas antropizadas, que nós temos em quantidade suficiente no País.

Queria abrir o outro arquivo do anuário para mostrar o que virou. Nós conseguimos mais do que dobrar o plantio só com o anúncio do PAC, pela credibilidade que o Governo teve. Esse foi de 2008. Nós anunciamos em 2007 e foi apresentado, por óbvio, em 2009. Eu queria mostrar o do plantio.

Esse trata do consumo de carvão pelos diversos segmentos. Nós temos 25% das usinas integradas a aço; 48% das usinas independentes; 9,7% de produção de ferro-ligas. Sobre tubo de ferro modular não havia mais dados. Outros, 5.200. Ele está aí no meio desses 5.200. Total: 30.900 em 1991. Aqui nós já tivemos 33 e aqui 26.400.



É um negócio que veio caindo, porque a indústria foi migrando para outros países. Houve um aumento de produção na China e em outros lugares, o que diminui essa... Essa queda aqui é desindustrialização.

Vou finalizar com o quadro dos plantios anuais. Nós tínhamos em 2006, quando foi proposto pela primeira vez de 107, e tinha havido um esforço em 2005 para poder provar que era possível fazer essa técnica de prática sustentável. Chegamos a 121, depois foi a 137 e hoje está em 160, quer dizer, partiu de uma conversa inicial que começou em 40 mil, ou seja, quadruplicou o plantio. Era isso que eu queria mostrar.

Para terminar, Sr. Presidente, só uma consideração sobre o que foi falado pelo Márcio Astrini: é muito infeliz qualquer morte ou assassinato, seja do Chico Mendes, seja da Irmã Dorothy, seja de qualquer pessoa. Agora, é claro que nós temos que usar essa fase para combater essas práticas, mas todas elas ocorreram muito mais no uso das atividades madeireiras do que no das siderúrgicas. Até as toras que eu vi ali: 90% delas eram para uso madeireiro, e a nossa audiência chama-se siderúrgica e carvão vegetal. Nós temos que sepultar um pouco desses mitos. Ligar essas mortes às empresas é querer colocar a situação ambiental de Holanda virada para o Greenpeace, e isso seria uma irresponsabilidade, porque tem Greenpeace brasileiro, tem *greenpeace.br*, que é o que o Márcio representa. Se eu fosse falar de Holanda, iríamos falar só de 11% de floresta plantada e zero de nativa. E nos outros lugares do mundo? Nós temos que valorizar as nossas coisas. Tenho certeza de que o Greenpeace vai nos ajudar nisso.

Em relação às áreas indígenas, cuja exploração foi mostrada aqui: onde está a FUNAI? Onde estão os órgãos? Há muito imposto pago para esse setor por todos os brasileiros. Há incompetência estatal! As empresas não têm que comprovar, não têm que fazer esforço para comprovar, porque pagam para ter a documentação que comprova e são obrigadas a isso. Uma empresa não pode consumir carvão sem ter DCC ou DOF. Ele não pode ser transportado. Agora nós estamos falando de Polícia Rodoviária no caminho, de fiscalização, de IBAMA e IEF, no caso do meu Estado, e de outros órgãos florestais no caso dos outros Estados.

Quanto a essa estatística de 50% de falta de comprovação, se sou carnívoro e o meu Presidente vegetariano e eu comer um bife, nós dois comeremos meio. Eu



acho que essa estatística é mais ou menos por aí. Estatística é algo bom, mas é perigoso, porque você acaba comendo meio bife, mesmo sendo vegetariano. Eu acho que isso é um pouco complicado.

Então, eu queria chamar a atenção para isso. Vamos ter outra oportunidade para discutir o 317, mas a solução está em criar matéria-prima de fonte sustentável.

Eram essas as considerações que eu queria fazer. Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço também aos que me deram a honra de compor a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Obrigado.

Eu já vou para as minhas palavras finais. Eu gostaria de passar um dado.

Existe uma associação de agricultores do Rio Cururuí, no Pará, que, segundo o IBAMA, foi indiciada por um esquema de “esquentamento” de madeira, e o prejuízo calculado pelo IBAMA é de 0,5 milhão de metros cúbicos de madeira “esquentados” por essa associação, com planos de manejo; há florestas que continuam intocadas, e “esquentaram” madeira retirada de forma ilegal, que pode ter sido retirada de forma irregular, até mesmo, Deputado, do assentamento pelo qual o Zé Cláudio brigava e foi assassinado.

O problema é o seguinte. Nós não conseguimos dizer que não; nós não conseguimos dizer que esta briga não está relacionada àquela. Esse, eu acho, é o problema em que temos de nos concentrar aqui, para conseguirmos determinar a origem da madeira e determinar que, naquela produção, os problemas ou estão sendo combatidos e têm algum resultado, ou ela não detém aqueles problemas. Não se trata de deixa-la à mercê daqueles problemas. Dificilmente nós vamos saber se foi madeira de carvoaria ou se foi madeira de móvel que puxou o gatilho naquele dia. Mas nós não podemos dizer que não foi essa.

Eu acho que é isto que nós precisamos combater: o problema em si e a incerteza da culpa, para onde foi a culpa, de quem é a culpa. Alguns outros problemas que estão relacionados lá, Deputado, problemas graves, que nós não comentamos aqui, são problemas de saúde pública que ocorrem nos lugares onde algumas carvoarias estão instaladas. Na região do Piquiá, que o senhor deve conhecer muito bem, existem famílias que se deslocam das casas em que viviam havia 20 ou 30 anos porque os filhos estão doentes. Há vários outros problemas relacionados.



Para terminar, gostaria de fazer um esclarecimento. O Greenpeace, no Brasil, tem CNPJ e assina um ponto.org e um ponto.br na Internet, mas nós somos um só, no mundo inteiro. Quando eu me sento aqui, eu falo em nome tanto do Greenpeace do Brasil, quanto em nome do Greenpeace que existe no Japão ou na Holanda. A briga ambiental e a briga que envolve vidas, como foi demonstrado, é a mesma, aqui e lá.

Da mesma forma, por exemplo, há cerca de 1 ano, nós paramos uma extração de betume no Canadá, um país do Primeiro Mundo, e nós tivemos lá dois brasileiros expulsos porque estavam fazendo a paralisação de betume, o que, do nosso ponto de vista, é um complicador climático muito grande. Uma das vítimas dessa alteração climática maior pode ser o nosso País, que depende muito do equilíbrio do clima para produzir na agricultura. Lá, algumas autoridades e pessoas ligadas à indústria fizeram declarações de que eles deveriam cuidar da Amazônia, e não do betume de lá, porque a Amazônia está sendo destruída, e eles produziam energia para o mundo.

Eu só estou dizendo isso para o senhor para exemplificar o seguinte. Esta nossa briga causa mesmo incômodos no mundo inteiro, mas nós vamos adiante com ela, Deputado. Se precisarmos ir para os Estados Unidos, para o Canadá, para o México, para a Rússia ou para a Holanda, para evitar ou minimizar os impactos, ambientais ou humanos, de qualquer uma das pesquisas que nós fizemos, nós não vamos medir esforços para isso.

O SR. DEPUTADO BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS - Deputado Sarney, aproveitando isso, já que ele fala pelo Greenpeace no mundo todo, acho que agora nós temos um grande aliado. Nós nem precisamos ir aos Estados Unidos, nós podemos ir ao Rio e nos apoiar no que fizemos em termos de proposição no Tratado Ambiental Internacional. As demais nações, conosco, assinaram, já que o meio ambiente não pode ter divisas nem fronteiras, e vida humana muito menos, as qualidades todas que nós queremos para as futuras gerações.

Não precisa ser agressivo igual o Brasil, 60%, só 20% de recomposição nesses países de Primeiro Mundo. E eu acho que o Greenpeace seria um grande aliado nesse tratado. Ou pagar as nossas.



Eu acho que isso é muito importante. A responsabilidade tem que ser mundial. O efeito climático é global. Contamos com a sua ajuda nesse ponto. Nós estamos apresentando uma proposta magra de recomposição de 20%. Eu acho que é importante a participação de uma entidade de renome internacional, merecidamente, nessa defesa de algo que coloca o Brasil dentro de um índice de competitividade e que tem a garantia de meio ambiente também nos outros países.

O SR. MARCIO ASTRINI - Por exemplo, cobrar, inclusive, dos Estados Unidos, que são os maiores poluidores climáticos, a ratificação. Essa é uma briga constante nossa lá. E eu acho que o melhor exemplo que o Brasil pode dar nessa cobrança é assumir compromissos cada vez mais sérios. Acho que o papel do Brasil nisso é importante, e talvez essa definição do Código Florestal seja decisiva, tanto quanto essa discussão que nós estamos tendo aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Muito bem. Antes de encerrarmos, eu gostaria de voltar ao que falei no começo. Nós já tivemos oportunidade de verificar que o Deputado Bernardo Santana liderou, em Minas Gerais, um pacto de sustentabilidade.

Tendo em vista essas novas notícias, que não dizem respeito a Minas, mas dizem respeito ao Maranhão e ao Pará, e pelo fato também de nós termos guseiras em Minas, a maioria, eu acho que nós devemos, neste momento, tentar não reeditar esse pacto, mas fazer uma nova discussão, com a parceria das entidades da sociedade civil, como é o caso do Greenpeace, que detonou esse novo assunto.

Acho sinceramente que o Greenpeace prestou um grande serviço ao Brasil e à causa. Ao contrário do que muitos pensam, o Greenpeace tem ajudado muito os produtores, na medida em que ele coloca a legalização das suas denúncias como principal objetivo.

Dentro desse aspecto, eu já falei com o Presidente do SINDIFERRO. Ele já me deu o cartão. Eu vou entrar em contato com o Presidente do sindicato das indústrias de guseiras do Maranhão e do Pará. SINDIGUSA, não é? O Deputado Bernardo evidentemente vai participar dessas discussões, tem conhecimento, tem cabedal e já fez um pacto que deu resultados — diminuiu muito a ilegalidade —, para que possamos caminhar para uma nova situação de pacto. E, nesse caso, eu entendo que todos aqueles que desejam se adequar à legalidade e aqueles que por



algum motivo não conseguiram ainda têm uma nova oportunidade. Eu acho muito importante que possamos discutir esse assunto. Vamos tentar fazer isso.

Hoje mesmo o próprio Greenpeace já deu demonstração de boa vontade, que tem que ser relevada. Na hora em que eu falei a respeito disso, da nossa intenção, eles também se dispuseram a participar, no mesmo sentido que fizeram já com a soja — é lógico que um assunto completamente diferente —, eles já levantaram o protesto ao navio Clipper Hope. O pessoal do Greenpeace estava lá há 9 dias na âncora, não deixando o navio sair do lugar. Eles já retiraram agora o protesto. Estão no aguardo do desdobramento dessas nossas conversas.

Tudo nos leva a crer que vamos ter êxito em iniciar esse diálogo importante. É lógico que com isso não vamos também — e eu sou contra — fechar os olhos para malfeitores, aqueles que cometeram crimes no passado. Não. Mas vamos apontar caminhos para o futuro daqueles que querem, dentro da lei e da sustentabilidade, ajudar o nosso desenvolvimento.

Não há mais nenhum orador inscrito. Acho que foi muito produtiva esta nossa reunião, que nos deu muita informação. Tendo em vista essa possibilidade, peço ao Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos que adiemos um pouco o relatório, que pode adaptar-se a novas possibilidades.

O SR. DEPUTADO BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS - Eu tive o cuidado, à época, porque estávamos na discussão do Código Florestal, de, no substitutivo, tirar o que o Antônio Bulhões, quando reapresentou, que alterava a Lei nº 4.771... Senão, perderia o objeto. Então, ele tem objeto. Estou extremamente favorável a isso, para discutirmos, porque acho que a criação sai por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Muito bem. Já poderia, dentro dessa nossa conversa, fazer a adaptação legal no parecer do Deputado.

Com estas observações, eu declaro encerrada a presente reunião.